

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 196/2021
Data: 17/12/2021



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
GESNER OLIVEIRA: PORTO SEGURO E MUDANÇA DO CLIMA	4
CONSULTA PÚBLICA DO STS53 NO PORTO DE SANTOS É PRORROGADA	5
ADENESP HOMENAGEIA CAPITÃO DO PORTOS DE SÃO PAULO EM CONFRATERNIZAÇÃO EM SANTOS	6
MINISTÉRIO DA ECONOMIA QUALIFICA ESTUDOS PARA TÚNEL NO PORTO DE SANTOS	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	7
ANTAQ DIVULGA CALENDÁRIO DAS REUNIÕES DE DIRETORIA DO 1º SEMESTRE DE 2022	7
ANTAQ E ANVISA REALIZAM FISCALIZAÇÃO PARA COIBIR TRANSPORTE IRREGULAR DE CONGELADOS NO AMAPÁ	8
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA - notícias	9
NOTAS RÁPIDAS.....	9
Nota 1 – CCJC - PL 1765/2019.....	9
Nota 2 – DOU - Resolução ANTAQ nº 65, de 15 de dezembro de 2021.....	9
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF	10
GOVERNO APROVA PLANO INTEGRADO DE AÇÕES PARA INFRAESTRUTURA.....	10
GOVERNO FEDERAL QUALIFICA OITO ATIVOS DE INFRAESTRUTURA PARA CONCESSÃO À INICIATIVA PRIVADA	11
MELHORIAS EM AERÓDROMO REFORÇA O APOIO LOGÍSTICO A COMUNIDADES LOCAIS NO OESTE DO AM	11
POR DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO, ANTT ABRE PROCESSO DE CADUCIDADE DA VIABAHIA.....	12
ISTOÉ - DINHEIRO	12
3º LEILÃO DA OFERTA PERMANENTE DEVE SER FEITO EM ABRIL DE 2022, DIZ MINISTRO	12
LEILÃO DO PRÉ-SAL ARRECADADA R\$ 11,1 BI; PETROBRAS FICA COM 2 CAMPOS EM CONSÓRCIO	13
MONEYTIMES	14
PETROBRAS EXERCE DIREITO EM SÉPIA, LEVA ATAPU COM TOTALENERGIES E SHELL	14
RESULTADO DE LEILÃO DO PRÉ-SAL É PLENÍFICO DE CRESCIMENTO DO PAÍS, DIZ GUEDES	15
ESTADO DE MINAS - MG	16
COMEÇA 2º LEILÃO DO EXCEDENTE DA CESSÃO ONEROSA DOS CAMPOS DE ATAPU E SÉPIA	16
ÉPOCA NEGÓCIOS	16
PETROLEIRAS GLOBAIS DISPUTAM LEILÃO DE ÁREAS DO PRÉ-SAL.....	16
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	18
ACELEN ANUNCIA CORTE DE 3% NO PREÇO DA GASOLINA EM MATARIPE, NA BAHIA	18
MARCO LEGAL DA GERAÇÃO PRÓPRIA DE ENERGIA SEGUE PARA SANÇÃO PRESIDENCIAL	19
INCENTIVAR PRODUÇÃO DE ENERGIA SUSTENTÁVEL COMEÇA COM GERENCIAMENTO DE DADOS, POR SHAMIK MEHTA	22
JORNAL O GLOBO – RJ	24
ARRECADAÇÃO COM LEILÃO DA ANP SERÁ DE R\$ 300 BI NOS PRÓXIMOS ANOS, DIZ GUEDES	24
LEILÃO DA ANP: PETROBRAS EXERCE DIREITO DE PREFERÊNCIA E ARREMATAS OS DOIS BLOCOS EM CONSÓRCIO COM GRUPOS PRIVADOS.....	26
PAES DIZ QUE FARÁ 'TODOS OS ESFORÇOS' PARA O RIO SER A CAPITAL DE INVESTIMENTOS VERDES NO BRASIL	28
BANCO DO BRASIL E DOCAS SÃO AS EMPRESAS PÚBLICAS QUE MAIS DESCUMPREM REGRAS DE TRANSPARÊNCIA NOS SITES, APONTA TCU	29
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	30
LEILÃO DO PRÉ-SAL ARRECADADA R\$ 11,1 BI; PETROBRAS FICA COM DOIS CAMPOS DE PETRÓLEO EM CONSÓRCIO.....	30
PACOTE ELEITORAL DE BOLSONARO PODE SUPERAR R\$ 90 BILHÕES, O DOBRO DO DÉFICIT DE 2022	32
SANEAMENTO: QUASE METADE DOS BRASILEIROS VIVE SEM ACESSO À REDE DE ESGOTO, MOSTRAM DADOS DO GOVERNO.....	33
TÚNEL IMERSO ENTRE SANTOS E GUARUJÁ ENTRA NA CARTEIRA DE PRIVATIZAÇÕES DO GOVERNO.....	34
VALOR ECONÔMICO (SP)	35
PPI DEVE QUALIFICAR TÚNEL SUBMERSO SANTOS-GUARUJÁ E INVIABILIZAR PONTE DA ECOVIAS	35
ÓLEO E GÁS: ANP ABRE 3º CICLO DA OFERTA PERMANENTE PARA 2022	37
VLI VISA ATINGIR 100 MIL USUÁRIOS EM SEU APLICATIVO	38
AGÊNCIA BRASIL - DF	39
PANDEMIA: TRANSPORTE AQUAVIÁRIO COMEÇA RECUPERAR A MOVIMENTAÇÃO.....	39



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 196/2021
Página 3 de 44
Data: 17/12/2021
www.mercoshipping.com.br
mercoshipping.com.br

DIÁRIO DO NORDESTE - CE.....	39
NOVO MARCO DAS FERROVIAS PODE ELEVAR ESCOAMENTO DE GRÃOS POR PORTOS NO CE E REDUZIR PREÇO DO FRETE	39
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	41
PETROBRAS SERÁ OPERADORA DE DOIS LOTES DE EXCEDENTES DA CESSÃO ONEROSA.....	41
NOVOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO SERÃO APRESENTADOS PARA ATAPU E SÉPIA	43
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	44
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	44



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

GESNER OLIVEIRA: PORTO SEGURO E MUDANÇA DO CLIMA

Ele é economista, professor e coordenador do Centro de Infraestrutura e Soluções Ambientais da FGV

Por: *Gesner Oliveira*



Porto seguro e mudança do clima Foto: Unsplash

A frequência de eventos climáticos extremos no mundo e no Brasil deveria servir de alerta de que o problema do aquecimento global não é mera especulação acadêmica.

Seus efeitos em termos de perdas de vidas e devastação socioambiental e econômica são muito concretos e significativos para serem ignorados por qualquer setor e, especialmente, por um segmento

tão importante como o portuário.

Estudo divulgado há algumas semanas pela Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq), a agência de desenvolvimento alemã (GIZ) e outras entidades preenche uma lacuna de conhecimento necessário para formulação de política pública de investimentos portuários.

Segundo o referido trabalho, “os impactos nas operações portuárias em função da mudança do clima já são uma realidade no Brasil e, mantidas as condições atuais, há uma tendência de piora neste cenário.

Em 7 dos 21 portos analisados pela pesquisa, dentre os quais se encontra o Porto de Santos, verificaram-se níveis de risco “alto” ou “muito alto” diante da ocorrência de vendavais. O número sobe para 16 portos quando se considera o cenário para 2050.

Uma boa gestão de risco nos portos recomendaria a adoção imediata de medidas de adaptação e mitigação para eventos que fogem dos padrões das séries históricas de longo prazo.

Contrariando os céticos, o último relatório do Painel Intergovernamental para a Mudança de Clima (IPCC), ligado à ONU, alerta que “mudanças recentes no clima são generalizadas, rápidas e estão se intensificando, não tendo precedentes em milhares de anos”.

Efeitos devastadores

Não é preciso ser um ambientalista radical para admitir os potenciais efeitos devastadores das mudanças climáticas sobre a economia.

Segundo estudo do Instituto Swiss Re, entidade ligada a uma das maiores resseguradoras mundiais, uma elevação de 3,2º C até o final do século acarretaria uma queda do PIB mundial de 18%, mais de cinco vezes o declínio do PIB mundial com a crise da covid 19.

Extremos climáticos como vendavais e tempestades e a elevação do nível do mar gerariam danos catastróficos para a economia nos âmbitos local, regional e nacional. Basta dizer que o setor portuário brasileiro movimenta cerca de 95% da corrente de comércio internacional e 14% do PIB.

Urge, portanto, incluir nos investimentos portuários medidas de adequação das estruturas aos novos padrões climáticos, bem como ações preventivas importantes como a revisão permanente dos planos de contingência para catástrofes.

Isso exige uma participação de todos os agentes do complexo portuário e uma ampla colaboração entre os setores público e privado.

Chama atenção em particular que nenhum porto adote na atualidade seguro contra mudanças climáticas. É premente que a indústria seguradora e resseguradora também atue para prover os mecanismos necessários de mitigação de risco climático.

Em um momento de modernização e maior participação do setor privado nos portos não há tempo a perder discutindo se há ou não mudança climática relevante.

Já passou da hora de adotar medidas de adaptação e mitigação que garantam um porto seguro sem o que não se pode pensar em uma economia resiliente.

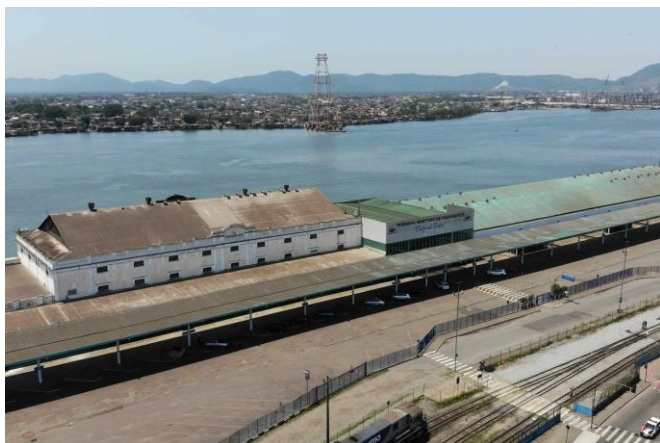
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/12/2021

CONSULTA PÚBLICA DO STS53 NO PORTO DE SANTOS É PRORROGADA

O projeto, na região de Outeirinhos, é polêmico e divide opiniões de especialistas e operadores portuários

Por: Redação



Governo nega que o STS53 inviabilize as operações de cruzeiros Foto: Carlos Nogueira/AT

Foi prorrogada, mais uma vez, a consulta pública do arrendamento de um terminal de fertilizantes no Porto de Santos. O projeto do STS53, na região de Outeirinhos, é polêmico e divide opiniões de especialistas e operadores portuários. Agora, os interessados podem contribuir, enviando dúvidas, críticas ou sugestões até 16 de janeiro.

O STS53 prevê a movimentação e a armazenagem de granéis minerais e deve receber investimentos estimados em mais de R\$ 650 milhões. De acordo com o Ministério da Infraestrutura, a área é composta por dois terrenos distintos, um adjacente ao cais e outro na retroárea.

A implantação do novo terminal deverá ser feita em duas fases. A movimentação, em sua fase final, deve chegar a 5,1 milhões de toneladas ao ano.

No total, são 87.981 metros quadrados de terreno. O lote está localizado em região destinada à movimentação de granéis sólidos minerais, de acordo com o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos.

No início desta semana, a implantação do empreendimento foi discutida na Câmara Municipal de Santos. O motivo é que especialistas de diversas áreas apontam riscos da movimentação deste tipo de carga em uma área de grande densidade populacional. Por outro lado, representantes do Governo Federal apontam que a operação é segura e que há normas rígidas de controle no cais santista.

Há ainda o temor de que o STS53 inviabilize as operações de cruzeiros, que acontecem na região de Outeirinhos. Porém, o Ministério da Infraestrutura rechaça a informação.

Contribuição

Para contribuir, basta acessar o site da Antaq. Lá, estarão as minutas jurídicas e os documentos técnicos do futuro arrendamento. O processo também vai contar audiência pública, que ainda não foi agendada.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/12/2021

ADENESP HOMENAGEIA CAPITÃO DO PORTOS DE SÃO PAULO EM CONFRATERNIZAÇÃO EM SANTOS

Marcelo de Oliveira Sá deixará o comando da Capitania

Por: A Tribuna.com.br



Confraternização ocorreu em Santos na quinta-feira Foto: Divulgação/Adenesp

A Associação dos Despachantes Navais do Estado de São Paulo (Adenesp) promoveu uma confraternização em homenagem ao Comandante Marcelo de Oliveira Sá, capitão dos Portos de São Paulo, que deixará o posto no começo do ano que vem.

A confraternização foi realizada no bairro Embaré, em Santos, nesta quinta-feira (16). A Adenesp homenageou o capitão Marcelo com uma placa, pelos serviços prestados durante o seu período no cargo.

Ele deixará o cargo no ano que vem em cerimônia que deverá ocorrer em fevereiro. Marcelo de Oliveira Sá assumiu o posto como capitão do Portos do Estado de São Paulo em janeiro de 2020.



Capitão Marcelo de Oliveira Sá recebeu uma placa da Associação dos Despachantes Foto: Divulgação/Adenesp

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/12/2021

MINISTÉRIO DA ECONOMIA QUALIFICA ESTUDOS PARA TÚNEL NO PORTO DE SANTOS

Segundo o governo, entre os objetivos estão a maior segurança para o tráfego das embarcações e a mobilidade urbana



A previsão é de que o edital seja lançado no 3º trimestre de 2022 Foto: Matheus Tagé/AT

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Ministério da Economia aprovou nesta quinta-feira (16), a qualificação de arrendamento de mais três terminais portuários, de estudos para um túnel imerso do Porto de Santos, além de outros ativos, que envolvem, por exemplo, a resolução de relicitação do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN).

O PPI decidiu permitir estudos para um projeto que terá como objetivo implantar e explorar o túnel para a ligação seca entre os municípios de Santos e Guarujá, em São Paulo.

Segundo o governo, entre os objetivos do empreendimento estão a maior segurança para as operações de tráfego das embarcações, mobilidade urbana e operacional entre as margens do Porto de Santos, e a redução das interferências de navegação no Canal do porto.

Terminais

Um dos terminais portuários que deve ir a leilão fica no porto de Rio Grande (RS), voltado para movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais. O governo prevê investimentos na casa de R\$ 41,2 milhões no local.

O outro terminal fica no Porto de Paranaguá, destinado a granéis sólidos minerais, com previsão de investimento de R\$ 172,5 milhões. Por fim, um terminal graneleiro de São Francisco do Sul (SC) também entrou na carteira do PPI, que prevê uma injeção de R\$ 60 milhões na área.

A previsão é de que o edital seja lançado no 3º trimestre de 2022, com leilão programado para o 4º trimestre do próximo ano. Os investimentos podem alcançar R\$ 4 bilhões.

Aeroportos

Sobre o aeroporto de São Gonçalo do Amarante, localizado no Rio Grande do Norte, o PPI aprovou as condições de relicitação, com planos de realizar o leilão no primeiro trimestre do próximo ano, e investimentos estimados em R\$ 308,9 milhões. O governo aguarda o acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) para publicação do edital do certame.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/12/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ DIVULGA CALENDÁRIO DAS REUNIÕES DE DIRETORIA DO 1º SEMESTRE DE 2022

As reuniões serão realizadas de forma remota



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ divulgou hoje (17) o novo calendário das Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada (ROD) referente ao período janeiro-junho de 2022. As reuniões de números 515 a 525 serão realizadas nas modalidades virtual e videoconferência, de forma alternada.

Confira o novo calendário:

NÚMERO	DATA	MODALIDADE	HORÁRIO
515ª	17 a 19/01/2022	Virtual	12h de 17/01/2022 às 12h de 19/01/2022
516ª	03/02/2022	Videoconferência	15h
517ª	14 a 16/02/2022	Virtual	12h de 14/02/2022 às 12h de 16/02/2022
518ª	17/03/2022	Videoconferência	15h
519ª	28 a 30/03/2022	Virtual	12h de 28/03/2022 às 12h de 30/03/2022
520ª	14/04/2022	Videoconferência	15h
521ª	25 a 27/04/2022	Virtual	12h de 25/04/2022 às 12h de 27/04/2022
522ª	12/05/2022	Videoconferência	15h
523ª	23 a 25/05/2022	Virtual	12h de 23/05/2022 às 12h de 25/05/2022
524ª	09/06/2022	Videoconferência	15h
525ª	20 a 22/06/2022	Virtual	12h de 20/06/2022 às 12h de 22/06/2022

Modalidades da ROD

A ROD virtual é realizada via SEI (Sistema Eletrônico de Informações) e se estende por dois dias (48h, começando às 12h e terminando às 12h). Nesta modalidade de reunião cada diretor se manifesta de forma eletrônica nos prazos e horários estabelecidos no Calendário de Reuniões. Após a finalização do prazo para manifestação, o resultado das deliberações poderá ser consultado no link. <https://www.gov.br/antag/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/reunioes-deliberativas/resultado-das-reunioes-virtuais-da-diretoria-1>

Já as RODs por videoconferência são transmitidas ao vivo pelo canal da ANTAQ no Youtube e permitem a sustentação oral por parte de interessados ou de seus representantes, inscritos previamente. Essa modalidade de ROD começa e termina no mesmo dia.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 17/12/2021

ANTAQ E ANVISA REALIZAM FISCALIZAÇÃO PARA COIBIR TRANSPORTE IRREGULAR DE CONGELADOS NO AMAPÁ

Ação aconteceu em 15 de dezembro em Macapá e Santana

A ANTAQ, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e órgãos da vigilância sanitária do Amapá realizaram, em 15 de dezembro, uma fiscalização em Macapá e Santana (AP). O objetivo da ação foi coibir o transporte irregular de produtos alimentícios perecíveis que necessitam de refrigeração contínua, como frango, iogurtes e embutidos.

Fiscais da Agência observaram, durante inspeções de rotina, que embarcações de transporte interestadual misto estavam acondicionando incorretamente essas cargas. A ANTAQ comunicou as irregularidades à Anvisa, que planejou a fiscalização conjunta.



Ação conjunta: trabalho para evitar o transporte inadequado de produtos

“Essa ação se fez necessária em decorrência de ser observado diversas vezes o transporte, principalmente de frango congelado, sem qualquer tipo de acondicionamento que permita a manutenção da temperatura, fazendo com que o produto chegue ao destino descongelado”, explicou o chefe da Unidade Regional de Belém (UREBL), João Maria Ferreira, destacando que esse tipo de fiscalização deverá ser mensal a partir do ano que vem. Vale lembrar que o escritório da ANTAQ na capital paraense tem jurisdição no Amapá.

Pela ANTAQ, participaram da fiscalização os servidores Renan Santos, Sérgio Pereira e Delmare

Sacramento.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 17/12/2021



MERCOSHIPPING MARÍTIMA - NOTÍCIAS

NOTAS RAPIDAS

NOTA 1 – CCJC - PL 1765/2019

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), da Câmara dos Deputados, o Dep. Capitão Alberto Neto (REPUBLICANOS/AM) apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa ao substitutivo apresentado na Comissão de Viação e Transportes (CVT) ao PL 1765/2019, que prorroga o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) até janeiro de 2027 e estende o prazo do benefício do REPORTO até dezembro de 2025.

O substitutivo também aplica a não incidência do AFRMM, para a navegação de longo curso sobre as mercadorias destinadas aos empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem na Região Norte ou Nordeste do País e que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento destas regiões.

NOTA 2 – DOU - RESOLUÇÃO ANTAQ Nº 65, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021

Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de hoje (17) a Resolução ANTAQ nº 65, de 15 de dezembro de 2021. Por meio desta, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) estabelece os procedimentos para operações com produtos perigosos quando em trânsito por instalações portuárias situadas dentro ou fora da área do porto organizado. A Resolução entra em vigor em 3 de janeiro de 2022.

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-antaq-n-65-de-15-de-dezembro-2021-367965056>

Fonte : InforMS

Data: 17/12/2021



Ministério da Infraestrutura

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

GOVERNO APROVA PLANO INTEGRADO DE AÇÕES PARA INFRAESTRUTURA

Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura (PILPI) tem ações previstas entre os anos de 2021 e 2050, para eliminar carências de oferta de serviços

O Comitê Interministerial de Planejamento da Infraestrutura (CIP-Infra) aprovou, na última terça-feira (14), a primeira versão do Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura (PILPI), que reúne as estimativas de necessidades de investimentos nos diversos setores de infraestrutura.

Instituído pelo Decreto nº 10.526, de 20 de outubro de 2020, o plano tem ações previstas entre os anos de 2021 e 2050, para eliminar carências de oferta de serviços e garantir crescimento econômico mais acelerado nos próximos 30 anos. A Resolução nº 3, de 14 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União, consolida a aprovação do Plano.

Baseado em planos setoriais de infraestrutura elaborados pelo Governo Federal, e complementado com informações de estudos acadêmicos e de associações de operadores do setor, o objetivo do PILPI é buscar o aumento do investimento da iniciativa privada e melhorar a qualidade do gasto público no setor de infraestrutura.

Projeções de crescimento

O PILPI 2021-2050 apresenta as projeções de crescimento demográfico e econômico, que servem de insumo aos diversos planos setoriais do Governo Federal. A partir dos planos e estudos para a área de transportes, energia, telecomunicações, infraestrutura hídrica e saneamento básico, pesquisa e desenvolvimento e mobilidade urbana, o plano consolida as necessidades de investimento para se aumentar a oferta de serviços de infraestrutura, que, por sua vez, levarão o bem-estar da população e permitirão maior crescimento econômico.

Os resultados da análise mostram, no chamado Cenário Referência, que o esforço governamental em reformas regulatórias e nos programas de parcerias com o setor privado surtem efeito relevante no montante de investimentos nos próximos anos, chegando a 2,5% do PIB, acima dos 2,0% observados nos últimos 10 anos.

A maior parte das carências de infraestrutura identificadas no país se concentra nos setores de infraestrutura hídrica, saneamento básico e mobilidade urbana. O Plano aponta para a consolidação das reformas regulatórias e a ampliação das carteiras de projetos em estruturação como forma de atrair os recursos financeiros (em sua maioria privados) necessários para esse maior montante de investimentos.

O Plano também apresenta os projetos de grande porte em andamento que são apoiados pelo Governo Federal: 132 projetos cujo montante de investimentos chega a R\$ 517 bilhões, envolvendo tanto iniciativas custeadas pelo orçamento público federal, concessões e autorizações, quanto ações desenvolvidas de estados, do Distrito Federal e de municípios que recebem apoio federal.

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 17/12/2021

GOVERNO FEDERAL QUALIFICA OITO ATIVOS DE INFRAESTRUTURA PARA CONCESSÃO À INICIATIVA PRIVADA

Projetos contemplados devem representar mais R\$ 917 milhões em investimentos nos próximos anos; PNL 2035 foi incluído como política pública no programa de concessões

O Governo Federal garantiu pelo menos mais R\$ 917,66 milhões em investimentos privados para o setor de infraestrutura de transportes do país com a qualificação de oito novos ativos no Programa de Parcerias de Investimentos do Governo Federal. Foram qualificados projetos para concessão na área portuária, aeroportuária, rodovias além da inclusão do Plano Nacional de Logística (PNL 2035) como política pública de transporte.

Entre os projetos aprovados, está a resolução com a modelagem e condições de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), que recentemente teve parecer favorável do Tribunal de Contas da União (TCU) e será a primeira da história do Brasil. O contrato de concessão terá vigência de 35 anos, prorrogável por mais cinco anos.

“Esse projeto vai trazer redução tarifária, tanto na tarifa aquaviária quanto na tarifa terrestre, ele vai trazer investimentos em projetos importantes”, afirmou a secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias do MInfra, Natália Marcassa. Na área portuária, também foram incluídos o projeto de implantação e de gestão do túnel submerso ligando Santos e Guarujá, e três terminais nos portos de Rio Grande (RS), Paranaguá (PR) e de São Francisco do Sul (SC).

Relicitações

Na reunião, o conselho aprovou a relicitação do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte. Com investimentos estimados em R\$ 308,9 milhões, esta será a primeira do gênero no setor aeroportuário. Os integrantes cancelaram também as relicitações da Autopista Fluminense BR-101/RJ e da BR-040/DF/GO/MG.

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 17/12/2021

MELHORIAS EM AERÓDROMO REFORÇA O APOIO LOGÍSTICO A COMUNIDADES LOCAIS NO OESTE DO AM

Equipamento em Estirão do Equador também é estratégico para ações do Exército e da Força Aérea Brasileira junto às fronteiras com o Peru e a Colômbia



Obras foram retomadas com parceria entre o MInfra e o Comando da Aeronáutica (Comaer) - Crédito: Alfredo Luiz Filho/MInfra

Estratégico para o apoio logístico a comunidades locais e populações indígenas e ribeirinhas no Amazonas, o aeródromo de Estirão do Equador teve inaugurada nesta quinta-feira (16) a nova pista de pouso e decolagem e demais obras de melhorias. O equipamento está localizado no município de Atalaia do Norte, a aproximadamente 1,6 mil quilômetros da capital Manaus, na região de fronteira com o Peru e Colômbia.

Resultado de uma parceria entre o Ministério da Infraestrutura (MInfra) e o Comando da Aeronáutica (Comaer), as obras foram retomadas no fim de 2018 com recursos destinados pela Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) – com aportes de R\$ 36.441.265,98 – e realizadas pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara), órgão do Comando da Aeronáutica.



“É mais um passo importante do Governo Federal em levar infraestrutura de qualidade a um ponto extremo do território nacional, tirando a população local do isolamento e possibilitando uma integração com o restante do país”, destacou o secretário-executivo do MInfra, Marcelo Sampaio. “Uma viagem até Manaus, que levaria 45 dias de barco, pode ser feita em questões de horas; fundamental para qualquer emergência médica”, completou.

Troca de pavimento

A principal intervenção foi a ampliação e reconstrução da pista, que passou de 1,2 mil metros para 1,5 mil metros de extensão e 30 metros de largura, e a troca do pavimento de asfalto para concreto. Mudança que possibilita o pouso da aeronave KC-390 Millennium, ampliando a atuação das Forças Armadas na região amazônica. As melhorias também abrangem sinalização horizontal, terraplanagem de faixa de pista, cerca operacional e sistema de drenagem.

A reconstrução do aeródromo também exigiu um planejamento elaborado por conta do transporte de insumos, materiais, maquinários e equipamentos, sendo feito através de embarcações, como balsas e empurradores, e a areia utilizada nas obras retirada por dragagem do Rio Javari.

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 17/12/2021

POR DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO, ANTT ABRE PROCESSO DE CADUCIDADE DA VIABAHIA

Decisão foi tomada na reunião de diretoria da agência nesta quinta-feira. Concessionária é responsável pelas rodovias BR-116/324/BA e BA 526/528

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou nesta quinta-feira (16) a abertura do processo de caducidade da concessionária ViaBahia, responsável pela administração das rodovias BR-116/324/BA e BA 526/528. O motivo é a reiterada falta de cumprimento das cláusulas contratuais.

Segundo a ANTT, a ViaBahia apresenta um índice de inexecução contratual próximo de 100% desde o segundo ano da concessão, em 2010. Neste período, a concessionária acumulou 295 processos administrativos sancionadores, cujos valores de penalidade somam aproximadamente R\$ 400 milhões, sendo que alguns destes processos encontram-se com exigibilidade suspensa por determinação judicial.

Em setembro, o Governo Federal sinalizou a elaboração de um novo projeto englobando as rodovias federais BRs 116, 324 e 101, e as estaduais BA-526 e BA-528. Com exceção da BR-101, os outros segmentos são atualmente administrados pela ViaBahia, que inclusive teve as tarifas reduzidas por falta de cumprimento do contrato de concessão.

Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 17/12/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

3º LEILÃO DA OFERTA PERMANENTE DEVE SER FEITO EM ABRIL DE 2022, DIZ MINISTRO

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou ao final do leilão dos excedentes da cessão onerosa dos campos de Sêpia e Atapu, que daqui para frente o País terá cada vez menos leilões como os realizados nesta sexta-feira. E que, a partir de agora, as ofertas de áreas para exploração de petróleo e gás vão se concentrar na Oferta Permanente.

Segundo ele, o 3º ciclo da Oferta Permanente deve ser realizado em abril do ano que vem. Por esse sistema, a licitação de blocos de petróleo e gás só ocorre após o interesse de algum investidor, que solicita a licitação da área pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Na semana passada, a ANP já tinha informado que recebeu o interesse de uma empresa por uma área da Oferta Permanente, e que poderia abrir um novo ciclo de vendas.

Ao ser perguntado sobre se os leilões desta sexta seriam os últimos de grandes campos que o País teria para licitar, Albuquerque disse que o Brasil ainda tem uma nova fronteira a ser explorada, na margem Equatorial, que pode também abrir uma nova frente de exploração e produção.

“Nossa política pública visa expansão da produção de petróleo e gás”, disse o ministro.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 17/12/2021

LEILÃO DO PRÉ-SAL ARRECADADA R\$ 11,1 BI; PETROBRAS FICA COM 2 CAMPOS EM CONSÓRCIO



Onze empresas haviam se inscrito para a disputa (Crédito: Agência Brasil)

A Petrobras ficou com os campos de petróleo de Atapu e Sépia em 2019, localizados no pré-sal da Bacia de Santos, em consórcio com empresas privadas em leilão realizado nesta sexta-feira, 17, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Onze empresas haviam se inscrito para a disputa e a estatal já havia declarado que exerceria seu direito

de preferência para operar as duas áreas, com participação mínima de 30%.

No campo Sépia, a Petrobras concordou em integrar o consórcio formado por TotalEnergies (28%), Petronas (21%) e QP (21%), que venceu a disputa ao oferecer lucro-óleo de 37,43%, contra a proposta inicial de 15,02%, ágio de 149,2% – o lucro-óleo é o resultado obtido após retirada dos custos de produção e que é vendido pela Pré-Sal Petróleo (PPSA) para a União nos consórcios vencedores sob o sistema de partilha de produção. O bônus de assinatura do campo é de R\$ 7,1 bilhões.

A estatal havia participado sozinha da disputa, mas ofereceu um lucro-óleo de 30,30%, abaixo do consórcio liderado pela TotalEnergies.

Um único consórcio, formado por Petrobras, Shell e TotalEnergies apresentou proposta para o campo de Atapu. A proposta foi de um ágio de 437,86% sobre o percentual mínimo de lucro-óleo de 5,89% para a União. O bônus de assinatura do campo é de R\$ 4 bilhões.

O campo já está em produção, que continuará sendo operada pela Petrobras. O consórcio será composto pela companhia, com 52,50%, a Shell com 25% e a TotalEnergies com 22,5%.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, comemorou o resultado do leilão e destacou o aumento no número de participantes na disputa. “Pode ter havido mais recursos (em bônus de assinatura) na 1.ª rodada (de leilões de áreas excedentes da cessão onerosa), mas considero a 2.ª ainda

mais importante. Teve aumento expressivo no número de participantes”, afirmou Guedes, que foi ao Rio para acompanhar o leilão.

Segundo ele, os R\$ 11,1 bilhões arrecadados em bônus de assinatura, que serão divididos com os Estados, são importantes porque “reforçam o caixa” dos governos em momento de “fragilidade financeira”.

Em sua visão, as licitações permitirão uma “onda de investimentos”, mas a “coisa mais importante é o aumento no número de participantes”.

“A prosperidade vem da competição”, disse Guedes, após fazer referência direta à Petrobras. “Não há elogio melhor para uma empresa feita a Petrobras do que a qualidade de seus competidores.”

Para o ministro, o aumento da competição na exploração e produção de petróleo e gás natural é importante porque “precisamos tirar o petróleo do chão”. “Não adianta ter uma só empresa operando e demorar a explorar. Quanto mais empresas, maior a capacidade de investimentos, a velocidade da extração e menor será o preço do petróleo”, afirmou.

Guedes frisou a relação entre o aumento da produção no Brasil e a redução dos preços do petróleo, ao vislumbrar o momento em que o País poderá ser o “terceiro ou quarto” maior produtor global. Nesse futuro, disse o ministro, “quando o cartel estiver querendo aumentar os preços, poderemos ir lá e baixar.”

Estratégia

Para evitar novo encalhe dos dois campos, o governo reduziu o bônus de assinatura em 70% em relação à primeira oferta, e também a participação da União no petróleo em lucro de Sépia, que passou de 27,88% para 15,02% (-46,13%), e Atapu, que baixou de 26,23% para 5,89% (-77,54%).

Para Atapu, o valor do bônus de assinatura, que é fixo, foi estipulado em R\$ 4 bilhões. Já para o campo de Sépia, o bônus foi fixando em R\$ 7,138 bilhões, somando R\$ 11,1 bilhões.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 17/12/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

PETROBRAS EXERCE DIREITO EM SÉPIA, LEVA ATAPU COM TOTALENERGIES E SHELL

(Por Gram Slattery e Marta Nogueira)



Além da Petrobras, a francesa TotalEnergies está presente nos dois consórcios, consolidando ainda mais sua participação no pré-sal brasileiro (Imagem: REUTERS/Paulo Whitaker)

A Petrobras (PETR3; PETR4) obteve a operação em consórcio dos dois blocos ofertados em leilão dos excedentes da cessão onerosa nesta sexta-feira, após ter recorrido ao seu direito de preferência

garantido por lei para integrar grupo que venceu a disputa pelo maior ativo: Sépia.

Com a negociação de Sépia e Atapu, o governo irá arrecadar em bônus de assinatura de 11,138 bilhões de reais, além dos percentuais do chamado óleo lucro que tiveram ágios expressivos e definiram os vencedores.

Além da Petrobras, a francesa TotalEnergies está presente nos dois consórcios, consolidando ainda mais sua participação no pré-sal brasileiro.

O consórcio integrado por TotalEnergies, Petronas e Qatar Petróleo arrematou o bloco Sépia, com oferta de óleo lucro de 37,43%, ante percentual mínimo de 15,02%, batendo oferta da Petrobras, de 30,30%.

Após o anúncio da proposta vencedora, a Petrobras exerceu seu direito de atuar como operadora, com 30% de participação no consórcio vencedor. Com isso, a TotalEnergies terá 28%, Petronas 21% e Qatar 21%.

Ao arrematar o bloco de Sépia, o consórcio pagará um bônus de assinatura 7,138 bilhões de reais à União.

Para Atapu, por sua vez, o consórcio integrado por Petrobras como operadora e 52,5% de participação, em parceria com Shell (25%) e TotalEnergies (22,5%), fez a única oferta e arrematou o ativo, com oferta de óleo lucro de 31,68%, ante percentual mínimo de 5,89%.

Ao arrematar o bloco, o consórcio pagará um bônus de assinatura 4 bilhões de reais à União.

Fonte: MoneyTimes

Data: 17/12/2021

RESULTADO DE LEILÃO DO PRÉ-SAL É PRENÚNCIO DE CRESCIMENTO DO PAÍS, DIZ GUEDES

(Por Roberto Samora, Marta Nogueira e Gram Slattery)



Ministro da Economia, Paulo Guedes, participa de evento na CNI

(Reuters) – A negociação de dois blocos no pré-sal pelo governo brasileiro nesta sexta-feira, com arrecadação de mais de 11 bilhões de reais em bônus de assinatura, é prenúncio de que o país tem muito crescimento pela frente, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, citando mais petroleiras atuando no setor e os investimentos que serão gerados.

Falando diretamente do Rio de Janeiro, do local onde licitação foi realizada, ele

atribuiu o sucesso do leilão a uma “adaptação construtiva” em relação às regras que vigoraram no certame anterior do excedente da área da sessão onerosa, que foi amplamente dominado pela Petrobras.

Guedes destacou que isso trouxe “aumento expressivo do número de participantes para rodada do pré-sal”.

“Precisamos tirar o petróleo do chão, não adianta ter somente uma empresa operando...”, disse Guedes, ressaltando que, quanto mais participantes no setor, maiores serão os investimentos.



“Não há elogio maior à Petrobras do que a qualidade de seus competidores”, acrescentou.

O consórcio integrado por TotalEnergies, Petronas e Qatar Petróleo arrematou o bloco Sépia, o mais cobiçado do leilão no pré-sal da Bacia de Santos. Após o anúncio da proposta vencedora, a Petrobras exerceu seu direito de atuar como operadora, com 30% de participação no grupo vencedor.

No outro bloco leiloadado, o consórcio integrado por Petrobras, Shell e TotalEnergies fez a única oferta e arrematou Atapu.

Fonte: MoneyTimes
Data: 17/12/2021



ESTADO DE MINAS - MG

COMEÇA 2º LEILÃO DO EXCEDENTE DA CESSÃO ONEROSA DOS CAMPOS DE ATAPU E SÉPIA

Começou no período da manhã desta sexta-feira, 17, o segundo leilão da cessão onerosa dos campos de Atapu e Sépia, no pré-sal da bacia de Santos, com bônus de assinatura de R\$ 11,1 bilhões e previsão de investimentos de R\$ 204 bilhões ao longo dos próximos anos. Esta é a segunda tentativa de venda dos campos, que não despertaram interesse na primeira oferta, em 2019.

Para tornar o leilão mais atraente, o governo reduziu o bônus de assinatura em 70%, e diminuiu também a participação a ser oferecida ao governo na produção.

Para Atapu, o valor do bônus de assinatura, que é fixo, foi estipulado em R\$ 4 bilhões. Já para o campo de Sépia, o bônus será de R\$ 7,138 bilhões.

Como os campos estão sob o regime de Partilha de Produção, vence a disputa quem oferecer a maior participação da produção de petróleo para o governo. Os percentuais mínimos de excedente em óleo serão de 5,89% para Atapu e de 15,02% para Sépia.

Onze empresas estão habilitadas para fazer propostas: Petrobras, Shell Brasil Petróleo SA., Chevron Brasil Óleo e Gás Ltda., Ecopetrol Óleo e Gás do Brasil Ltda, Enauta Energia S.A., Equinor Brasil Energia Ltda, ExxonMobil Exploração Brasil Ltda, Petrogal Brasil S.A., Petronas Petróleo Brasil Ltda., Total Energies EP Brasil Ltda e QP Brasil Ltda (Qatar Petróleo).

Fonte: Estado de Minas - MG
Data: 17/12/2021



PETROLEIRAS GLOBAIS DISPUTAM LEILÃO DE ÁREAS DO PRÉ-SAL

Onze empresas, que vão da Exxon Mobil à Shell, inscreveram-se para disputar dois campos, conhecidos como Sépia e Atapu

Por Gram Slattery e Marta Nogueira e Sabrina Valle

As maiores empresas de petróleo do mundo vão competir no Brasil nesta sexta-feira pela chance de abocanhar alguns dos campos offshore mais cobiçados do mundo, um teste para o clima de

investimento do país e da disposição dos grandes produtores de continuar gastando muito em ativos tradicionais.



Exploração do pré-sal no Rio de Janeiro (Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil)

Onze empresas, que vão da Exxon Mobil à Shell, inscreveram-se para disputar dois campos, conhecidos como Sépia e Atapu.

Os ativos, ambos localizados no pré-sal, têm um bônus de assinatura combinado de 11,14 bilhões de reais, com o governo pedindo 7,138 bilhões de reais por Sépia e 4 bilhões de reais por Atapu.

O Brasil tentou vender os dois campos em 2019, mas nenhum recebeu propostas, nem mesmo da Petrobras. Na época, questões jurídicas complexas e bônus de assinatura elevados mantiveram as principais empresas de petróleo afastadas.

Desta vez, os termos da licitação são considerados mais atraentes, de acordo com várias fontes do setor consultadas pela Reuters, em grande parte graças aos grandes cortes nos bônus de assinatura.

O governo também cortou o percentual mínimo de óleo que deve ser entregue ao Estado, conhecido como "óleo lucro", de 26,23% para 5,89% em Atapu, e de 27,88% para 15,02% em Sépia. Quem ofertar maior parcela de óleo, ganha o leilão.

"Com base nas interações que estamos tendo com CEOs, esperamos concorrência", disse Rodolfo Saboia, diretor-geral da reguladora do setor ANP, à Reuters.

Os potenciais licitantes incluem um consórcio composto pela Petrobras, Exxon e Petrogal, subsidiária da portuguesa Galp Energia, de acordo com reportagem da Reuters na quinta-feira.

A Exxon não quis comentar o assunto, enquanto nem a Petrobras nem a Galp responderam imediatamente aos pedidos de comentários.

Quase todas as partes mantiveram pelo menos conversas preliminares com bancos ou parceiros operacionais. Os campos são considerados atrativos, pois a Petrobras já descobriu petróleo comercialmente recuperável em ambos os blocos, eliminando o risco exploratório.

Se os dois campos forem licitados, eles podem aumentar a produção brasileira de petróleo em 12% na próxima década e trazer quase 40 bilhões de dólares em investimentos, disse o Ministério de Minas e Energia na segunda-feira.

A Petrobras receberia 6,2 bilhões de dólares em compensação por investimentos anteriores nos dois campos.

As 11 empresas inscritas no leilão, previsto para as 10h, são: Petrobras, Exxon, Shell, Petrogal, Chevron Corp, Ecopetrol SA, Equinor ASA, Enauta Participações, Petronas, TotalEnergies SE e Qatar Energy.

Fonte: Época Negócios
Data: 17/12/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

ACELEN ANUNCIA CORTE DE 3% NO PREÇO DA GASOLINA EM MATARIPE, NA BAHIA

Anúncio foi feito após Petrobras fazer o primeira redução dos preços em seis meses

Por epbr - 17 de dezembro de 2021 - Em Combustíveis

A Acelen anunciou nesta sexta (17) que vai reduzir o preço do litro de gasolina entregue pela Refinaria de Mataripe, na Bahia, a partir de sábado (18). A empresa foi criada pelo fundo Mubadala para assumir a operação da antiga Refinaria Landulpho Alves (RLAM), comprada da Petrobras.

A redução de preços da Petrobras entrou em vigor no dia 15. Inicialmente, o sindicato de varejistas do estado, Sindicombustíveis-BA, informou que a Acelen havia mantido o preço da gasolina, sem acompanhar o corte da Petrobras.

A Acelen vai reduzir os preços médios em dez centavos por litro (R\$ 101 por m³), o que representa uma queda de 3,3%, em linha com o corte praticado pela Petrobras, de 3,1%.

O preço médio vigente, datado em 1º de dezembro, é de R\$ 3,09 por litro; com a redução vai para R\$ 2,99. Antes do reajuste, os preços variam de R\$ 3,05 a R\$ 3,12, dentre os pontos de entrega.

“A Acelen continuará observando estas oscilações naturais garantindo a competitividade da empresa nos mercados de atuação”, disse a Acelen, em nota.

As informações são do Valor Econômico.

A companhia assumiu Mataripe há duas semanas. O fundo Mubadala pagou US\$ 1,8 bilhão pela RLAM, primeira e única refinaria que teve seu controle transferido desde que a Petrobras iniciou a venda das unidades.

Representou um marco no mercado de refino nacional, que até então tinha quase toda sua capacidade controlada pela Petrobras.

Mataripe tem 14% da capacidade nacional

A Refinaria de Mataripe possui capacidade para processar mais de 300 mil barris de petróleo por dia, representando 14% da capacidade nacional. É capaz de suprir o mercado com diesel, gasolina, querosene de aviação (QAV), GLP, óleos combustíveis, asfalto, nafta petroquímica e outros insumos, como parafinas e lubrificantes.

Além da RLAM, a Petrobras já anunciou a venda da Refinaria Isaac Sabbá (REMAN), em Manaus (AM), para a Ream Participações, da Atem's Distribuidora de Petróleo, por US\$ 189,5 milhões; e da Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), em São Mateus do Sul (PR), para a Forbes & Manhattan Resources Inc. (F&M Resources), por US\$ 33 milhões.

Por outro lado, a Petrobras interrompeu o processo de venda de três outras refinarias incluídas no TCC: Abreu e Lima (RNEST), em Pernambuco; Alberto Pasqualini (REFAP), no Rio Grande do Sul; e Getúlio Vargas (REPAR), no Paraná. Segundo a companhia, a venda das duas unidades da região Sul deve ficar para depois das eleições de 2022.



Fecham o pacote de refinarias à venda pela Petrobras a Gabriel Passos (REGAP), em Minas Gerais, e a Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR) no Ceará. As duas unidades estão com seus processos em andamento.

A Refinaria de Mataripe também ficou ao menos 15 dias sem fornecer bunker por meio do Terminal Madre de Deus, principal ponto de escoamento da produção, segundo o Poder 360. A Acelen disse que o fornecimento a navios não estava no contrato, mas pretende começar a atender os pedidos.



¹ Os preços são nominais e não incluem o ICMS.

² O produto 'Óleo Diesel' contempla os diversos tipos de óleo diesel automotivo comercializados no País.

Preço médio da gasolina de importadores e refinadores, até 29 de novembro (ANP, 14 de dezembro)

O ICMS está congelado nos estados

Há duas semanas, o governador do Piauí e coordenador do Fórum Nacional de Governadores, Wellington Dias (PT), disse à epbr que o valor de referência, para efeito de ICMS, pode ser descongelado em caso de redução.

“Se houver queda de preços, ficando abaixo do preço de referência, pelos estados, com muito prazer, reduzimos também [a base de cálculo do ICMS]”, garantiu.

Em uma concessão política, em resposta aos sucessivos aumentos nos preços dos combustíveis, os governadores congelaram o ICMS de novembro a janeiro de 2022.

A alíquota percentual do imposto estadual incide sobre os preços finais dos combustíveis.

Se os estados mantiverem o ICMS congelado, representará uma barreira para o corte no preço da gasolina chegar às bombas.

A participação da Petrobras nos preços da gasolina comum vendida nos postos cairá de R\$ 2,33 para R\$ 2,26 por litro. O combustível é misturado ao etanol anidro, biocombustível com 27% de participação.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 17/12/2021

MARCO LEGAL DA GERAÇÃO PRÓPRIA DE ENERGIA SEGUE PARA SANÇÃO PRESIDENCIAL

PL 5829 foi aprovado na Câmara dos Deputados, que descartou emendas do Senado Federal

Por epbr - 17 de dezembro de 2021 - Em Setor elétrico, Solar

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta (16) o novo marco legal da micro e minigeração distribuída. O PL 5829/19, de autoria do deputado Silas Câmara (Republicanos/AM), segue para sanção presidencial.



Plenário da Câmara dos Deputados aprova marco legal da mini e microgeração distribuída de energia (Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados)

O texto aprovado pela Câmara é o substitutivo do relator, deputado Lafayette de Andrada (Republicanos/MG).

Até 2045 os micro e minigeradores já existentes pagarão os componentes da tarifa somente sobre a diferença, se positiva, entre o consumido e o gerado e injetado na rede de distribuição, como

ocorre hoje.

A regra valerá ainda para consumidores que pedirem acesso à distribuidora, por meio do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), em até 12 meses da publicação da futura lei.

Para contar com o benefício, esses novos geradores terão prazos para iniciar a injeção de energia no sistema, contados do parecer favorável da distribuidora:

- 120 dias para microgeradores;
- 12 meses para minigeradores de fonte solar;
- 30 meses para minigeradores das demais fontes;

O texto aprovado proíbe a participação no SCEE das centrais geradoras que já tenham:

- Registro, concessão, permissão ou autorização no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou Regulado (ACR);
- Entrado em operação comercial nesses ambientes;
- Tido sua energia elétrica contabilizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); ou
- Sua energia comprometida diretamente com concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica no ACR.

Caberá à concessionária ou à permissionária de distribuição de energia elétrica identificar esses casos perante a Aneel.

Será proibido ainda a divisão de central geradora em unidades de menor porte para se enquadrar nos limites de potência para microgeração ou minigeração distribuída.

Mudanças do Senado Federal

A única emenda do Senado aprovada cria uma exceção para essa divisão, relativa às unidades flutuantes de geração fotovoltaica instaladas sobre a água de reservatórios hídricos, represas e lagos, naturais e artificiais.

Para isso, cada unidade deve observar o limite máximo de potência instalada de microgeração ou minigeração distribuída e ter obtido o acesso junto à concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica da mesma área que atenderá a unidade consumidora beneficiária da energia.



O texto define como microgeradores aqueles que instalam (geram) até 75 kW de energia de fontes renováveis (fotovoltaica, eólica, biomassa e outros) em suas unidades consumidoras (em telhados, terrenos, condomínios, sítios); enquanto minigeradores são aqueles que instalam (geram) mais de 75 kW até 5 MW.

A partir de 2045, esse limite passa para 3 MW nessa definição, para a fonte solar.

“Desde 2012, esses geradores foram responsáveis pela criação de mais de 140 mil postos de trabalho e arrecadação tributária da ordem de R\$ 6 bilhões nesse período”, afirmou Lafayette de Andrada.

O projeto prevê uma transição de sete a nove anos no pagamento dos encargos de distribuição (transporte) por aqueles que começarem a geração depois de 12 meses da nova lei.

Esses pagamentos são relativos à remuneração dos ativos do serviço de distribuição, da depreciação dos equipamentos da rede e do custo de operação e manutenção do serviço.

Assim, do custo mencionado, esses geradores pagarão:

- 15% em 2023 e 30% em 2024;
- 45% em 2025 e 60% em 2026;
- 75% em 2017 e 90% em 2028.

Novas regras serão definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em até 18 meses da publicação da lei e valerão a partir de 2029.

Para as unidades que protocolarem as solicitações de acesso entre o 13º e o 18º mês a partir da publicação da lei, essas novas regras entrarão em vigor a partir de 2031.

A diferença será bancada com recursos repassados às distribuidoras de energia pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Para unidades de minigeração que produzem mais de 500kW para autoconsumo remoto (em local diferente da geração) ou na modalidade de geração compartilhada (reunidos em consórcio) em que um único titular detenha 25% ou mais, o participante do SCEE pagará, além disso, 40% de tarifas de uso dos sistemas de transmissão da rede básica e 100% dos encargos de fiscalização, pesquisa e desenvolvimento (TFEE e P&D).

A partir de 2029 (ou 2031), passarão a pagar conforme novas regras a serem definidas pela Aneel.

Depois de 12 meses da publicação da futura lei, a CDE custeará ainda as componentes tarifárias não associadas ao custo da energia elétrica compensada por geradores ligados a cooperativas de distribuição de energia com mercado inferior a 700 GWh/ano. Essas cooperativas são principalmente de natureza rural.

Revisão extraordinária

Além de receberem os encargos com recursos da CDE, as distribuidoras de energia elétrica poderão considerar a energia inserida no sistema pelos micro e minigeradores como sobrecontratação involuntária para fins de revisão tarifária extraordinária.

Segundo critérios da Aneel, essa revisão pode implicar efeitos nos reajustes ordinários das tarifas de energia, já que o excesso de energia na rede sob sua gestão (sobrecontratação) provoca problemas financeiros no cumprimento de contratos de fornecimento junto a usinas geradoras maiores.

Por outro lado, as distribuidoras poderão realizar chamadas públicas para a compra da energia excedente desses geradores em contratos futuros, conforme regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Essas distribuidoras poderão ainda usar os projetos de micro e minigeração para cumprir parte dos percentuais mínimos de investimento em eficiência energética exigidos pela legislação.

Nessas duas situações, poderão participar da chamada pública o grupo da própria concessionária (se houver também empresa geradora) e suas empresas coligadas.

Tarifa mínima

Mesmo que um micro ou minigerador consuma muito pouco em um determinado mês, ainda pagará um valor mínimo (para minigeradores, vale a demanda contratada). Para aqueles consumidores-geradores que não estão isentos dos encargos até 2045, o texto prevê faturamento mínimo se o consumo medido for menor que o consumo mínimo faturável, desconsiderando-se as compensações.

Quem tiver geradores com potência instalada de até 1,2 kW deverá ter uma redução de 50% em relação ao valor mínimo faturável dos demais consumidores equivalentes.

Bandeiras tarifárias

O texto aprovado prevê que as bandeiras tarifárias incidirão somente sobre o consumo a ser faturado, e não sobre a energia excedente usada para compensar o consumo.

As bandeiras tarifárias (verde, amarela e vermelha 1 e 2) são acréscimos na conta de luz quando a energia fica mais cara devido, principalmente, à necessidade de acionar termelétricas movidas a combustível fóssil para suprir a demanda.

Iluminação pública

O texto permite a participação das instalações de iluminação pública no sistema de compensação (SCEE), devendo a rede de um município ser considerada como uma unidade consumidora.

Por Eduardo Piovesan, Pierre Triboli, da Agência Câmara de Notícias

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 17/12/2021

INCENTIVAR PRODUÇÃO DE ENERGIA SUSTENTÁVEL COMEÇA COM GERENCIAMENTO DE DADOS, POR SHAMIK MEHTA

Conforme setor de energia se torna ecologicamente ajustado, com mais concorrência e complexidade do que nunca, ele deve se tornar mais eficiente

Por *epbr* - 17 de dezembro de 2021 - Em *Estratégia ESG, Opinião, Transição energética*



Sistema desenvolvido pela Cemig irá inspecionar linhas de distribuição e transmissão por meio de VANTs e pode beneficiar outras empresas do setor elétrico (foto: Cemig/Divulgação)

meio ambiente” como sua principal preocupação.

Quando os grandes executivos de empresas de energia foram perguntados pela Utility Dive, (publicação líder do setor de energia dos Estados Unidos) sobre quais são as questões mais importantes que suas organizações enfrentam, 45% citaram “energias renováveis, sustentabilidade ou



Ao mesmo tempo, um relatório da Administração de Informação de Energia dos EUA (EIA) apontou que o consumo global de energia cresce mais rápido do que o aumento da população.

A realidade está remodelando o setor com a necessidade de produzir energia de forma mais sustentável, o que está impulsionando a indústria a repensar o fornecimento de energia do futuro.

Uma das partes essenciais para a transformação da geração de energia, não é tão óbvia: a análise de dados.

A transição para a energia verde dependerá tanto de informações, quanto da produção de energia solar, de fazendas eólicas e usinas de hidrogênio. Há uma função crítica de gerenciamento de dados, serviços, experiência de domínio e tecnologias de nuvem para permitir essa transformação sustentável.

Diversas partes envolvidas

A transformação está ocorrendo rapidamente. No ano passado, a energia eólica foi responsável por mais de um terço de toda a capacidade de geração de energia dos EUA.

Na Europa, o pacote Energia Limpa para todos os Europeus estabelece uma meta ambiciosa de 32% da energia proveniente de fontes renováveis até 2030. Em contrapartida, as usinas nucleares estão sendo desativadas.

As redes de fornecimento de energia são entidades complexas divididas em diversas partes. Elas incluem as usinas que geram energia, as linhas de transmissão que transportam essa energia por longas distâncias, e os sistemas de distribuição que levam eletricidade aos consumidores.

Com o cenário atual, também estão surgindo microrredes em diversos lugares para atender à demanda de cada região. Uma microrrede é um grupo auto suficiente de fontes de energia que atendem às necessidades de uma determinada área ou local, algo parecido a um parque eólico em um campus universitário.

Com isso, as pessoas não serão apenas consumidores de eletricidade, mas também geradores.

Os painéis solares de seus vizinhos não se limitam apenas a alimentar as luzes, a máquina de lavar e outros cômodos da casa, já que o excesso de energia é devolvido à rede, graças às usinas de energia virtuais (VPPs), que são usinas de energia distribuídas baseadas em nuvem que estão otimizando e compartilhando o uso de energia elétrica entre prédios, complexos de escritórios, comunidades domésticas, indústrias e bairros.

Como resultado dessas mudanças, a própria natureza do que constitui uma geradora de energia também está sendo reconsiderada. Um grande campus como o da Apple ou da Microsoft pode gerar tanta energia de forma independente que tem potencial para competir com as empresas de energia tradicionais.

Em busca de previsibilidade

No atual cenário competitivo, com requisitos ambientais cada vez mais rigorosos, o uso inteligente de dados será fundamental.

Para começar, um futuro com energia mais limpa dependerá de confiabilidade e previsibilidade. Hoje, no entanto, interrupções de fornecimento ainda acontecem devido ao calor ou frio extremos, grandes eventos climáticos e flutuações de demanda.

Como as energias renováveis são variáveis e, em alguns momentos imprevisíveis, o gerenciamento da rede precisa compensar essa variabilidade com o mínimo possível de dependência de combustíveis fósseis.

O gerenciamento também deve ser capaz de mostrar, por exemplo, quais VPPs podem fornecer energia de volta para a rede de distribuição a qualquer momento.

Para atender a essa complexa gama de demandas, as concessionárias estão usando dados para determinar onde alocar seu orçamento para novos projetos, prever quais ativos têm maior probabilidade de falhar e substituí-los antes que isso aconteça, como por exemplo, uma empresa multinacional de energia europeia está usando análise de dados para prever falhas de turbinas eólicas antes que elas aconteçam.

A empresa construiu modelos de gerenciamento baseados em projetos anteriores e previsões ajustadas usando dados de monitoramento em tempo real. Essa abordagem elimina as decisões “instintivas”, enquanto reduz os custos de manutenção e tempo de inatividade.

As empresas geradoras de energia também estão recorrendo a dados analíticos para entender a oferta e a demanda, preços e onde a infraestrutura precisa ser atualizada ou adiada.

Os dados de um medidor inteligente na casa de um cliente ou nas instalações comerciais estão sendo combinados com dados de CRM (Customer Relationship Management) e ERP (Enterprise Resource Planning), esses dados podem incluir informações de faturamento, taxas e tarifas e informações de histórico de cartão de crédito.

Uma análise dos dados coletados pode ajudar as concessionárias a entender se o uso de energia do cliente está aumentando ou diminuindo, se eles podem se qualificar para usar a energia solar geradas diretamente de suas casas. Analisar as informações demográficas de um cliente pode indicar se ele é um provável comprador de um veículo elétrico, por exemplo.

Conforme o setor de energia se torna ecologicamente ajustado, com mais concorrência e complexidade do que nunca, o setor deve se tornar mais eficiente. E isso só pode acontecer por meio do uso mais inteligente dos dados em todos os aspectos de suas operações.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 17/12/2021*



JORNAL O GLOBO – RJ

ARRECADAÇÃO COM LEILÃO DA ANP SERÁ DE R\$ 300 BI NOS PRÓXIMOS ANOS, DIZ GUEDES

Valor inclui recursos que serão destinados para União, estados e municípios arrecadados com petróleo extraído de Sépia e Atapu

Por Bruno Rosa



O ministro da Economia, Paulo Guedes, com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque Foto: Gabriel Paiva

RIO - O ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou a importância da arrecadação para os cofres públicos com o leilão de petróleo do pré-sal realizado nesta sexta-feira no Rio de Janeiro. Dos R\$ 11 bilhões em bônus, ele explicou que R\$ 7 bilhões serão destinados a estados e municípios e R\$ 4 para a União.



— Isso é bom e reforça o caixa do Brasil em um momento de fragilidade financeira. E tem ainda um aumento de R\$ 200 bilhões no compromisso de investimento. Pode ter havido mais recursos na primeira rodada, mas considero a segunda ainda mais importante porque trouxe aumento no número de participantes — afirmou ele, no encerramento do certame.

O leilão aconteceu na manhã desta sexta-feira, no Rio. As duas áreas ofertadas, Sépia e Atapu, foram arrematadas.

Segundo ele, a arrecadação para estados, municípios e União para os próximos anos com os dois campos leiloados hoje será de cerca de R\$ 300 bilhões. A previsão inicial, segundo ele, era de R\$ 120 bilhões, mas o número subiu por conta do avanço do dólar e do preço do barril do petróleo.

Guedes comemorou ainda o maior volume de investimentos apesar do aumento da inflação e dos juros:

— Essa onda de investimento no setor é um prenúncio de que nós temos muito crescimento pela frente. Podemos sofrer um momento ou outro com inflação subindo, o BC (Banco Central) fazendo um trabalho conjuntural de subir juros, mas tudo isso é passageiro. O que é permanente é essa engrenagem de investimentos que está sendo montada — afirmou Guedes.

— Agora, temos mais empresas. Além disso, os participantes em refino também estão aumentando. A prosperidade vem através da competição. Quanto mais participantes, maior os investimentos e mais baixo será o preço do petróleo no futuro. Enquanto tiver gente querendo fazer cartel para subir preço, estaremos lá para baixar o preço e para garantir que a civilização ocidental vai rolar em cima do combustível fóssil enquanto marcha em direção ao futuro do hidrogênio verde. Está aqui a prova de que não é necessário um ministério do planejamento — disse ele.

Atraso em leilão trouxe perda de R\$ 100 bi

Em coletiva de imprensa, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse que o atraso do leilão por cinco anos trouxe perdas de R\$ 100 bilhões para o país.

— A gente privilegiou os investimentos. Só com esses dois campos, vamos aumentar em 12% a produção nacional. Hoje, o país é o sétimo maior produtor de petróleo do mundo. E, em 2030, estaremos entre os cinco maiores produtores e exportadores de petróleo do mundo.

Segundo ele, foram arrecadados R\$ 95 bilhões em bônus de assinatura para os cofres da União, Estados e municípios nos últimos três anos. Só para estados e municípios, foram R\$ 20 bilhões. Até 2018, disse Bento, foram arrecadados R\$ 60 bi.

— No setor de óleo e gás, os investimentos são de R\$ 650 bilhões para os próximos 25 anos. São recursos expressivos que têm como resultados o aumento de emprego e renda. Os números são expressivos — disse Bento.

Privatização da Eletrobras no segundo trimestre

Perguntado sobre a Eletrobras, o ministro disse que espera fazer a capitalização da companhia no segundo trimestre de 2022.

— A decisão do TCU faz parte do processo. Acreditamos que dentro desse processo, vamos realizar a capitalização da Eletrobras no segundo trimestre de 2022.

O presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, também presente no evento, disse que há outras oportunidades no Brasil além do Brasil, como a Margem Equatorial, na região Norte, e os blocos em Sergipe-Alagoas, no Nordeste.

— No segundo semestre do ano que vem vamos começar a perfurar na Margem Equatorial — disse ele.

Sobre novas quedas no preço do petróleo, Silva e Luna não deu detalhes:

—Vamos ver. Vamos aguardar. Vamos analisar com muita calma.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/12/2021

LEILÃO DA ANP: PETROBRAS EXERCE DIREITO DE PREFERÊNCIA E ARREMATTA OS DOIS BLOCOS EM CONSÓRCIO COM GRUPOS PRIVADOS

Arrecadação com as áreas de Sépia e Atapu, no pré-sal, soma R\$ 11,1 bilhões. Apesar de 11 empresas habilitadas, só houve três ofertas

Por Bruno Rosa



Plataforma P-74 no campo de Búzios no pré-sal da Bacia de Santos Foto: Andre Ribeiro / Agência O Globo

RIO — O leilão das duas áreas do excedente da chamada cessão onerosa do pré-sal, Sépia e Atapu, promovido hoje pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) foi cheio de

surpresas.

Os consórcios vencedores das duas áreas tiveram a participação da Petrobras, mas em um deles a estatal poderia desistir no meio do certame se ficaria no grupo ou não.

O leilão, que foi alvo de protestos nesta manhã, arrecadou R\$ 11,140 bilhões em bôbus de assinatura, valor fixo pago pelos blocos, dos quais R\$ 7,7 bilhões ficarão com estados e municípios.

As duas áreas têm reserva comprovada, o que torna mínimo o risco para o investidor e fez com que 11 empresas se habilitassem para o leilão. Ainda assim, poucas ofertas foram apresentadas.

As duas áreas licitadas hoje, ambas na Bacia de Santos, não receberam oferta na primeira vez que foram leiloadas, há dois anos. Desta vez, a estimativa é que elas gerem R\$ 200 bilhões em investimento.

A primeira área leiloadada nesta sexta-feira foi Sépia e teve duas propostas, uma de um grupo privado e uma da Petrobras.

O grupo de empresas privadas apresentou a melhor oferta: Total, Petronas e QP Brasil levaram a área ao oferecer um excedente de óleo de 37,43% para a União. Foi um ágio de 149,2% em relação ao estipulado em edital.

Como a Petrobras havia exercido seu direito de preferência em Sépia, conforme prevê a lei, ela tinha a garantia de poder avaliar se queria entrar no consórcio com a fatia mínima de 30%.



Após alguns minutos de análise e muito suspense, já que a estatal não conhecia os detalhes da oferta, a Petrobras decidiu aderir ao consórcio privado.

Veja como foi o leilão

https://youtu.be/7KUP-cDY_C4

Clima de suspense

A configuração do consórcio, então, ficou: Petrobras (30%), Total (28%), Petronas (21%) e QP Brasil (21%).

A Petrobras havia feito uma proposta sozinha e oferecido um excedente de óleo de 30,3%, mais baixo que o grupo privado portanto.

Segundo uma fonte, a proposta do grupo privado havia causado surpresa dentro da estatal, mas a companhia aceitou as novas condições. Em nota, a estatal disse que as áreas são "ativos de produtividade comprovadamente elevada, óleo de boas características e significativo potencial de incorporação de reservas".

Além do percentual mínimo de óleo para a União de 15,02%, a área de Sépia prevê bônus de assinatura (que é fixo), de R\$ 7,138 bilhões.

Para o bloco de Atapu, houve apenas a proposta feita pelo consórcio formado entre Petrobras (52,5%), Shell (25%) e Total (22,50%).

Neste caso, a Petrobras sabia das condições da oferta desde o início, pois havia formado o consórcio com antecedência.

Com pagamento fixo de R\$ 4 bilhões, o percentual de óleo para a União oferecido foi de 31,68%, maior que os 5,89% exigidos no edital. É um ágio de 437,86%.

O que é a cessão onerosa

Sépia e Atapu fazem parte das áreas concedidas originalmente na chamada cessão onerosa. Em 2010, o governo cedeu à estatal o direito de extrair até 5 bilhões de barris de petróleo equivalente em quatro campos petrolíferos (Búzios, Atapu, Itapu e Sépia) no pré-sal.

Como as áreas mostraram ter mais petróleo que os 5 bilhões de barris, foi necessário fazer outro leilão para a exploração e produção desse excedente. Um primeiro leilão foi feito em novembro de 2019, mas, na ocasião, Sépia e Atapu não receberam ofertas.

Pelo fato de o leilão de hoje ser de áreas do pré-sal, o modelo da licitação é o regime de partilha, no qual o critério para escolha das empresas vencedoras é o excedente em óleo para a União. Mas também há o bônus de assinatura, espécie de lance pago pelas empresas.

Para tornar o leilão pelo regime de partilha mais atraente e evitar que Sépia e Atapu ficassem encalhadas de novo, o governo mudou regras, como a redução em 70%

Na abertura do leilão, que começou pontualmente às 10h, o diretor-geral da ANP, Rodolfo Saboia, destacou que as áreas licitadas hoje já produzem 200 mil barris por dia de óleo equivalente (que inclui óleo e gás). Daí sua atratividade.

— Serão dezenas de novos poços e um módulo de produção em cada campo. Investimentos serão destravados. No leilão de hoje, o esforço conjunto resultou no cálculo antecipado da indenização à Petrobras, o que aumenta a atratividade às empresas. Há otimismo — afirmou ele.

Saboia citou ainda que espera bons resultados para o chamado leilão permanente. O terceiro ciclo de oferta permanente foi aberto ontem e o será concluído em abril de 2022. Destacou que áreas do pré-sal estarão disponíveis na oferta permanente.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 17/12/2021

PAES DIZ QUE FARÁ 'TODOS OS ESFORÇOS' PARA O RIO SER A CAPITAL DE INVESTIMENTOS VERDES NO BRASIL

Prefeitura pretende oferecer incentivos fiscais para empresas que possuem projetos de neutralização de carbono

Por Stephanie Tondo



Prefeito Eduardo Paes participa do evento 'Rio, a capital de investimentos verdes do Brasil, no Museu do Amanhã Foto: Guito Moreto / Agência O Globo

RIO - A cidade do Rio de Janeiro quer se tornar a capital da economia verde no Brasil. Para isso, a prefeitura pretende oferecer incentivos fiscais para empresas que possuem projetos de neutralização de carbono, que podem chegar a 100% do ISS.

A novidade foi anunciada no evento "Rio, a capital de investimentos verdes no Brasil", que ocorreu nesta sexta-feira no Museu do Amanhã.

Realizado em parceria do Santander com a Fundação Roberto Marinho e a Prefeitura do Rio, o evento abordou a vocação da cidade para as questões ambientais.

Na abertura do evento, o presidente da Fundação Roberto Marinho, José Roberto Marinho, destacou que a cidade é a capital verde do país desde a Rio 92, e disse que é preciso pensar no amanhã.

- Procuramos (no Museu do Amanhã) fazer isso que o ser humano não costuma fazer, que é discutir o amanhã. E o resultado está aí, são as mudanças climáticas - disse o executivo. - Somos favoráveis à Ciência, aos estudos, às evidências. E o Rio tem tudo para se tornar a capital verde.

O prefeito do Rio, Eduardo Paes, ressaltou que os ativos ambientais são ativos econômicos importantes para a cidade, e que o Rio vem buscando reconquistar seus espaços e identificar as suas vocações.

- Não entendi por que a Faria Lima ainda não veio para cá - brincou o prefeito. - Faremos todos os esforços para o Rio ser a capital de investimentos verdes no Brasil, nem que eu e Zé Roberto tenhamos que construir um museu como este aqui para ser a bolsa verde - acrescentou.

Incentivos fiscais

Secretário de Fazenda e Planejamento do Rio, Pedro Paulo anunciou que tem sido elaborado pela prefeitura um programa de incentivos fiscais para o mercado de descarbonização. O chamado ISS Neutro funcionará em duas frentes. A primeira é uma redução de 5% para 2% do imposto municipal para consultorias, certificadoras e empresas de tecnologia focadas nesse mercado.

A segunda frente é uma redução que pode chegar a 100% do ISS para companhias de qualquer segmento e qualquer porte, que tenham projetos para redução nas emissões de carbono.



O objetivo é que o programa seja finalizado e apresentado à Câmara dos Vereadores ainda no primeiro semestre de 2022.

- Criamos em junho um grupo de trabalho para capitanear o Rio como hub desse mercado, criando um ecossistema para que as empresas venham - disse Pedro Paulo.

O ex-ministro da Fazenda Arminio Fraga, que participou do painel com o secretário, disse ser favorável aos benefícios fiscais para esse mercado.

- A reforma tributária pode e deve incorporar objetivos ambientais. É preciso ter um motor de arranque, e um projeto de desenvolvimento regional requer uma estratégia com incentivos. Acho que isso faz todo o sentido.

Pedro Paulo afirmou ainda que a cidade do Rio terá a sua própria certificação de carbono, chamada de Rio Standard, que terá sua metodologia elaborada em conjunto com a CVM e com certificadoras referência no mercado.

O secretário também anunciou que está discutindo com a CVM, a Anbima e universidades no Rio de Janeiro um projeto para que a cidade se torne um "grande formador de talentos" nessa área.

- Queremos que o Rio seja um celeiro na formação de profissionais em finanças verdes - disse.

Para Arminio Fraga, o Brasil, liderado pelo Rio, deve investir esforços em liderar o setor de economia verde.

- Nossa posição no mundo anda muito fragilizada e isso é um espaço para nós produzirmos uma espécie de alquimia. Transformar uma situação de quase pária internacional em uma situação de líder.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/12/2021

BANCO DO BRASIL E DOCAS SÃO AS EMPRESAS PÚBLICAS QUE MAIS DESCUMPREM REGRAS DE TRANSPARÊNCIA NOS SITES, APONTA TCU

O Tribunal de Contas analisou se 56 portais federais cumpriram critérios estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI)

Por Ingrid Ribeiro

BRASÍLIA — O Banco do Brasil e a Companhia Docas do Ceará (CDC) são as empresas públicas menos transparentes do país, de acordo com o relatório do Tribunal de Contas da União. O TCU divulgou nessa semana o ranking dos portais federais que mais cumpriram regras de transparência nos sites. As duas estatais atendem 44,05% e 37,18%, respectivamente, dos critérios exigidos pelo tribunal.

O Tribunal de Contas analisou os sites eletrônicos de 56 instituições públicas entre o período de 2020 e 2021. De acordo com o órgão, foram verificados se as empresas cumpriram critérios estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI) e pelo Estatuto Jurídico das Empresas Estatais.

Na lista, o Banco do Brasil e a CDC aparecem nas duas últimas posições como companhias que mais descumprem regras de transparência nas suas plataformas eletrônicas.

Presente em 3.550 municípios brasileiros, o Banco do Brasil é uma das instituições financeiras controladas pelo governo federal. Já a Companhia Docas do Ceará, vinculada ao Ministério de Infraestrutura, atua como Autoridade Portuária no Porto de Fortaleza, cuja responsabilidade é



proporcionar o bom funcionamento do porto, como na chegada e saída de navios, caminhões e trem.

Entre as informações examinadas para atingir um melhor nível de transparência, seguindo critérios do TCU, estão a publicação de informações e documentos relativos a contratos, licitações, receitas, despesas, gastos com remunerações, diárias e passagens.

O TCU concluiu que um dos principais problemas identificados foi a forma como os documentos são publicados nos sites. Segundo o órgão, as estatais publicavam os materiais apenas em pdf, o que contraria a exigência de disponibilizar os arquivos abertos para que o cidadão possa cruzar os dados de forma automática, usando computadores, por exemplo.

"A análise integral da transparência dos portais das 56 empresas estatais fiscalizadas permite concluir que, para fomentar o uso dos dados públicos, pela sociedade é fundamental que as empresas publiquem documentos e informações em múltiplos formatos abertos. O formato mais utilizado, o PDF, caso disponibilizado isoladamente, limita o uso dos dados para aqueles que desejam trabalhar a informação, seja por meio de processamento simples em planilha eletrônica ou para leitura por máquina", informou o relatório do TCU.

No topo do ranking de mais transparentes, estão a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que aparece em primeiro com 87,31%. Em segundo lugar, está a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que atingiu 86,55% dos níveis estabelecidos pelo tribunal. Já na terceira posição está o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) com 85,14%.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/12/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

LEILÃO DO PRÉ-SAL ARRECADA R\$ 11,1 BI; PETROBRAS FICA COM DOIS CAMPOS DE PETRÓLEO EM CONSÓRCIO

Para evitar o encalhe das áreas, que já haviam sido oferecidas em 2019, o governo reduziu em 70% o valor do bônus de assinatura

Por Denise Luna, O Estado de S.Paulo

RIO - Apesar de pouca disputa, o governo conseguiu vender por R\$ 11,1 bilhões os dois últimos grandes campos do pré-sal da bacia de Santos nesta sexta-feira, 17. Juntos, os blocos de Sépia e Atapu vão elevar a produção de petróleo e gás natural do País em 12% e gerar R\$ 204 bilhões em investimentos nos próximos 25 anos.

Os blocos negociados já haviam sido oferecidos ao mercado em 2019, mas não atraíram o apetite das petroleiras. Nessa nova tentativa, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) reduziu em 70% o valor dos bônus de assinatura. "Privilegiamos o investimento, o retorno, em vez dos bônus de assinatura", afirmou o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Segundo ele, o leilão vai render em torno de R\$ 300 bilhões em receitas para União, Estados e municípios ao longo da vida útil das áreas.

Apesar de apresentar um risco mais baixo para o investidor desta vez, visto que os campos já estão operação, apenas cinco das 11 empresas que se inscreveram na disputa fizeram ofertas. A Petrobras perdeu a primeira disputa pelo campo de Sépia, para o consórcio formado pela francesa TotalEnergies, a Petronas, da Malásia, e a QP, do Catar. Porém, beneficiada pelo regime de Partilha de Produção, que garante o direito de preferência para a estatal por uma participação mínima de 30%, a Petrobras passou a integrar o consórcio vencedor. O campo de Atapu não teve disputa e ficou com o consórcio formado por Petrobras, Shell e TotalEnergies.



“Em 2030 estaremos entre os cinco maiores produtores e exportadores de petróleo do mundo”, disse Albuquerque, ao final do leilão, que teve a participação também do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Segundo Albuquerque, o Brasil terá cada vez menos leilões no modelo atual, concentrando os ativos de petróleo e gás natural na Oferta Permanente, um sistema que licita os blocos de petróleo de acordo com a demanda dos investidores. O terceiro ciclo da Oferta Permanente já deve ser realizado em abril do ano que vem. Por esse sistema, a licitação de blocos de petróleo e gás só ocorre após o interesse de algum investidor.

Protagonismo da Petrobras

A Petrobras voltou a ser a protagonista dos leilões de áreas para exploração e produção de petróleo do governo. A estatal pagou R\$ 4,2 bilhões dos R\$ 11,1 bilhões arrecadados em bônus de assinatura com a venda dos campos de Sépia e Atapu. O restante será dividido entre as outras quatro empresas vencedoras do leilão: TotalEnergies, Shell, Petronas e QP.

Na rodada de licitações de outubro, a estatal ficou fora da disputa e o governo amargou o pior resultado desde a abertura do setor em 1999. Foram vendidas pela ANP apenas 5 das 92 áreas oferecidas, que totalizaram R\$ 37 milhões. Além da disputa não ter os tradicionais ágios, o número de participante também foi o menor da história, apenas duas empresas fizeram oferta.

A saída de cena no leilão de outubro tinha sido antecipada pela diretoria da Petrobras, que mantém o foco no pré-sal e está bastante seletiva na aquisição de áreas.

Isso explica o apetite pela rodada de, na qual só foram ofertadas áreas no pré-sal. A expectativa é tão grande que a empresa já cogita distribuir dividendos adicionais aos investidores pela entrada de dinheiro em caixa. Isso seria possível pelo fato da Petrobras ter sócias nos consórcios vencedores, que vão ter que recompensar a estatal pelo investimento já realizado antes do leilão.

As áreas colocadas à venda na rodada desta sexta são continuações de campos operados pela Petrobras, nos quais ela já precisou gastar para desenvolvê-las e onde já produz cerca de 200 mil barris diários de óleo equivalente.

“A compensação é maior do que o bônus que vamos pagar, eventualmente pode haver alguma distribuição de dividendo adicional, dependendo do cenário, é um caixa adicional que entra”, explicou o diretor Financeiro e de Relações com os Investidores da Petrobras, Rodrigo Araújo.

Os recursos serão pagos pelas sócias TotalEnergies, Shell, Petronas e QP, e devem entrar no caixa da estatal no início de 2022.

Entre as estrangeiras, o destaque ficou com a TotalEnergies, ao entrar no consórcio vencedor pelas duas áreas. A francesa pagará R\$ 2,9 bilhões. No Brasil há 40 anos, a francesa tem 3 mil funcionários e detém participação em 24 blocos de exploração e produção de petróleo no País, sendo operadora em 10 deles. No pré-sal da bacia de Santos, a TotalEnergies está ao lado da Petrobras no campo de Mero, um dos maiores projetos atualmente do setor.

Fora do segmento de exploração e produção de petróleo, a companhia atua ainda nos setores de distribuição de combustíveis e lubrificantes, químico e energia elétrica, principalmente, renovável, e recentemente acrescentou Energies em seu nome original para se firmar como empresa de energia e não apenas petroleira.

Presente no leilão, o presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, comemorou o sucesso da estatal e disse que no segundo semestre do ano que vem pretende começar a perfurar a margem Equatorial, uma nova fronteira que pode trazer grandes campos de petróleo e gás para o Brasil, assim como a bacia de Sergipe.



“Já estamos em Atapu e Sépia e vamos continuar, estamos produzindo muito bem lá. E temos outras áreas também para explorar, como a margem Equatorial e Sergipe”, disse Luna, referindo-se às novas fronteiras de petróleo e gás a serem exploradas no Brasil.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/12/2021

PACOTE ELEITORAL DE BOLSONARO PODE SUPERAR R\$ 90 BILHÕES, O DOBRO DO DÉFICIT DE 2022

Entre as medidas já certas, estão o Auxílio Brasil e o vale-gás, mas Bolsonaro pressiona por novas despesas, como o reajuste de servidores e o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda

Por Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O pacote eleitoral do presidente Jair Bolsonaro para buscar a sua reeleição em 2022 pode ter um custo superior a R\$ 90 bilhões, mais do que o dobro previsto para o rombo nas contas do governo no ano que vem.

A mais nova previsão do governo para as contas públicas em 2022 é de um déficit de 0,4% do PIB (-R\$ 42 bilhões). Se não fossem esses gastos eleitorais, o déficit poderia ser praticamente zerado no ano que vem, mesmo com o custo do Auxílio Brasil mais alto para os mais pobres. O levantamento feito pelo Estadão/Broadcast inclui tanto novas despesas quanto renúncias tributárias.

"O presidente está numa toada desesperada de votos e o único que segura a chave do cofre está em minoria política", diz o pesquisador do Insper, Marcos Mendes, sobre o ministro da Economia, Paulo Guedes, que vem cedendo às pressões de Bolsonaro por mais gastos, como o aumento aos policiais federais. "O interesse do presidente em expandir gastos casa com o da maioria das lideranças do Congresso com o objetivo de garantir suas próprias eleições".

A expectativa entre aliados políticos do governo é de que Bolsonaro ainda vai buscar a aprovação da correção da tabela do Imposto de Renda, promessa de campanha em 2018, com o aumento da faixa de isenção no início de 2022 para entrar em vigor no mesmo ano. Para a faixa subir dos atuais R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil, a renúncia é de cerca de R\$ 23,5 bilhões.

Entre as medidas já acertadas, estão o custo adicional de R\$ 54,4 bilhões para bancar um benefício mínimo de R\$ 400 para o novo programa do governo, o Auxílio Brasil. O planejado era fazer um valor menor em torno de R\$ 275 e R\$ 300, mas o presidente resolveu bancar os R\$ 400, aconselhado pelos seus ministros políticos.

O pacote eleitoral do presidente já conta também como certo o vale-gás, com custo de R\$ 1,9 bilhão, despesa que já será incorporada no orçamento pelo relator, deputado Hugo Leal (PSD-RJ).

Reajuste salarial

Bolsonaro também abriu a corrida pelo reajuste salarial do funcionalismo ao prometer o aumento para as forças policiais, com custo de R\$ 2,8 bilhões em 2022. Outros R\$ 3 bilhões poderão ser gastos caso o presidente garanta um reajuste de 1% para todo o funcionalismo.

A equipe econômica tenta conter uma escalada de alta do reajuste dos servidores em R\$ 2,8 bilhões, mas fontes técnicas do Ministério da Economia admitem que será muito difícil concentrar o reajuste em poucas categorias, enquanto outras estão com os salários congelados.

Pressão



A prorrogação da isenção do IPI na compra de veículos novos por taxistas e pessoas físicas, medida prometida pelo presidente, já foi aprovada com uma renúncia de arrecadação de R\$ 1,8 bilhão.

Há ainda uma promessa não cumprida, mas que continua no radar do governo e nos riscos fiscais para 2022, que é o bolsa-caminhoneiro, um benefício que pode custar R\$ 4 bilhões para aliviar o custo da alta dos combustíveis, tema sensível para o presidente.

A expectativa de especialistas das contas públicas é que a pressão vai continuar em 2022, sobretudo, do lado das receitas, com o aumento das renúncias tributárias. Além disso, uma folga maior do espaço no Orçamento para gastos com a PEC dos Precatórios acima dos R\$ 106,1 bilhões previstos pelo governo deve alimentar a busca por novas medidas.

Veja quais são as medidas eleitorais de Bolsonaro:

Auxílio Brasil:

- Criado para substituir o Bolsa Família e ser a grande marca do governo Bolsonaro na área social, prevê benefício médio de R\$ 415 a 17,9 milhões de famílias.
- Custo: R\$ 54,4 bilhões (considerando a diferença em relação ao previsto para o Bolsa Família).

Imposto de Renda:

- Correção da faixa de isenção da tabela do IR para R\$ 2,5 mil.
- Renúncia: R\$ 23,5 bilhões.

Bolsa-caminhoneiro:

- Benefício de R\$ 400 por mês a 750 mil caminhoneiros, para compensar os gastos com a alta de preços do óleo diesel.
- Custo: R\$ 4 bilhões.

Reajuste para todo o funcionalismo federal:

- Bolsonaro prometeu reajustar o salário de todos os funcionários públicos em 2022 – nem que o índice seja apenas “de 1%”.
- Custo: R\$ 3 bilhões.

Reajuste a policiais:

- Prometido pelo presidente Bolsonaro como parte da reestruturação das carreiras das polícias Federal, Rodoviária Federal e Penal e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).
- Custo: R\$ 2,8 bilhões.

Vale-gás:

- A primeira parcela deve ser de R\$ 52 e vai ser paga para 5,58 milhões de famílias; a intenção é de que o valor seja pago a cada bimestre.
- Custo: R\$ 1,9 bilhão.

Táxi e PCD:

- Prorrogação até dezembro de 2026 da isenção do IPI na compra de veículos novos por taxistas e pessoas com deficiência.
- Renúncia: estimada em R\$ 1,8 bilhão.

Fies:

- Anistia para os devedores de baixa renda do programa estudantil.
- Sem impacto.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/12/2021

SANEAMENTO: QUASE METADE DOS BRASILEIROS VIVE SEM ACESSO À REDE DE ESGOTO, MOSTRAM DADOS DO GOVERNO

Números do Ministério do Desenvolvimento Regional mostram avanço no atendimento à população, mas ainda longe da universalização do serviço; em 2020, apenas 55% dos brasileiros eram atendidos com rede de esgoto

Por Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Dados atualizados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) mostram algum avanço no atendimento desses serviços à população, mas o cenário ainda está longe da universalização, especialmente na questão do esgotamento sanitário. Quase metade dos brasileiros ainda vive sem acesso à rede de esgoto. Ferramenta do governo federal, o SNIS com dados de 2020 foi divulgado nesta sexta-feira, 17, pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, e aponta que apenas 55% é atendida com rede de esgoto.

Em 2019, o índice era de 54,1%. Além disso, somente 50,8% do esgoto é tratado. O acesso à distribuição de água teve aumento similar. O dado mais atualizado indica que 84,1% da população é atendida com rede de água. Em 2019, a parcela era de 83,7%. Segundo o governo, 5.350 municípios responderam a pesquisa.

Em evento de lançamento dos números, o secretário Nacional de Saneamento, Pedro Maranhão, afirmou que o ano foi "promissor" com a implantação do novo marco legal do Saneamento, em vigor desde 2020. Desde que a lei foi sancionada, já foram realizados seis leilões no setor, todos considerados bem-sucedidos, com mais de R\$ 40 bilhões de investimentos contratados.



Vitrine do novo marco de saneamento, leilão da Cedae, no Rio, em abril, arrecadou R\$ 22,7 bilhões. Foto: Wilton Junior/Estadão - 28/4/2021

Pelas metas do novo marco, até 2033, as empresas precisam garantir o atendimento de água potável a 99% da população e o de coleta e tratamento de esgoto a 90%.

"O marco já está acontecendo, por isso é um sucesso, os românticos que acham que água é divina, não é mercadoria, continuam insistindo contra o marco, o Supremo pôs a pá de cal, é constitucional", disse Maranhão, referindo-se à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que declarou a nova lei constitucional. O secretário do Saneamento afirmou ainda que o ministério estuda atualizar os dados do SNIS mensalmente. "É uma maneira interessante de as pessoas irem acompanhando", disse.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/12/2021

TÚNEL IMERSO ENTRE SANTOS E GUARUJÁ ENTRA NA CARTEIRA DE PRIVATIZAÇÕES DO GOVERNO

Empreendimento quer dar maior segurança para as operações de tráfego das embarcações, mobilidade urbana e operacional entre as margens do Porto de Santos; investimentos podem alcançar R\$ 4 bi

Por Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Ministério da Economia aprovou nesta quinta-feira, 16, estudos para um túnel imerso no Porto de Santos, além de outros projetos, como um novo leilão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN) e o arrendamento de mais três terminais portuários.

O órgão incluiu na carteira estudos para um projeto que terá como objetivo implantar e explorar o túnel para a ligação seca entre os municípios de Santos e Guarujá, em São Paulo. Segundo o governo, entre os objetivos do empreendimento estão a maior segurança para as operações de tráfego das embarcações, mobilidade urbana e operacional entre as margens do Porto de Santos, e a redução das interferências de navegação no canal do porto.



A previsão é de que o edital seja lançado no 3º trimestre de 2022, com leilão programado para o 4º trimestre do próximo ano. Os investimentos podem alcançar R\$ 4 bilhões.

Um dos terminais portuários que deve ir a leilão fica no porto de Rio Grande (RS), voltado para movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais. O governo prevê investimentos na casa de R\$ 41,2 milhões no local. O outro terminal fica no Porto de Paranaguá, destinado a grãos sólidos minerais, com previsão de investimento de R\$ 172,5 milhões. Por fim, um terminal graneleiro de São Francisco do Sul (SC) também entrou na carteira do PPI, que prevê uma injeção de R\$ 60 milhões na área.

Sobre o aeroporto de São Gonçalo do Amarante, localizado no Rio Grande do Norte, o PPI aprovou as condições de relicitação, com planos de realizar o leilão no primeiro trimestre do próximo ano, e investimentos estimados em R\$ 308,9 milhões. O governo aguarda o acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) para publicação do edital do certame.

Ainda no setor de infraestrutura, o PPI deu aval à relicitação da Autovia Fluminense BR-101/RJ. Em maio de 2020, a Autopista Fluminense protocolou o requerimento de adesão ao processo de relicitação, aprovado pela ANTT em setembro. "A avaliação da Agência, corroborada posteriormente pelo Minfra, foi de que a Concessionária apresenta fortes indícios de comprometimento de sua situação financeira, com elevado risco de comprometimento futuro do contrato, enquadrando-se o pedido de devolução da concessão", apontou o PPI.

Outro assunto avalizado na reunião desta quinta-feira foi a prorrogação do prazo de relicitação da BR-040/DF/GO/MG, em 18 meses, com estimativa de celebração de novos contratos de concessão para o 1º trimestre de 2023. O PPI também aprovou a resolução com a modelagem e condições de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa).

No setor de energia, o PPI qualificou o leilão de "reserva de capacidade", voltado para contratar usinas térmicas, que será realizado na próxima terça-feira, 21. Ainda, incluiu no portfólio dois leilões de transmissão para 2022. O primeiro, cujo edital está em consulta pública, está previsto para junho. O segundo será realizado em dezembro do próximo ano.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/12/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

PPI DEVE QUALIFICAR TÚNEL SUBMERSO SANTOS-GUARUJÁ E INVIABILIZAR PONTE DA ECOVIAS

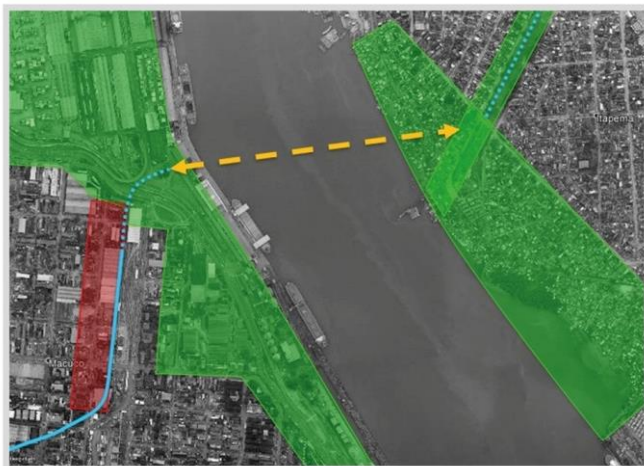
A proposta de qualificar o projeto de túnel submerso, defendido pela Santos Port Authority (SPA), foi incluída na pauta da 19ª reunião ordinária do conselho do PPI, marcada para esta quinta

Por Rafael Bitencourt, Valor — Brasília

Os ministros que integram o conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) devem aprovar nesta quinta-feira a qualificação do projeto de túnel submerso que ligará Santos a Guarujá.

Com isso, o governo federal sai à frente da proposta de construir uma ponte sobre o canal de navegação — ligação das áreas Insular (urbana) e Continental, de Santos — com investimentos oriundos da renovação do contrato do Sistema Anchieta-Imigrantes, rodovia estadual operada pela concessionária Ecovias.

A proposta de qualificar o projeto de túnel submerso, defendido pela Santos Port Authority (SPA), foi incluída na pauta da 19ª reunião ordinária do conselho do PPI, marcada para a tarde de hoje no Palácio do Planalto.



■ Áreas do Porto Organizado ■ Pátio VLT (EMTU) ■ Malha VLT (executada e projetada) ■ Projeção da Travessia por Túnel Imerso

Projeto do túnel submerso que ligará Santos a Guarujá — Foto: Santos Port Authority (SPA)

A estratégia foi desenhada na noite de ontem pela Secretaria Especial do PPI, ligada ao Ministério da Economia.

Com a qualificação no programa, o empreendimento receberá prioridade do governo federal para concluir os estudos técnicos, definir o modelo de contratação e viabilizar o leilão de escolha do investidor.

Portanto, ainda não está definido se o túnel será construído e operado por meio de uma

parceria público-privada (PPP), um contrato de concessão ou mesmo incorporado ao rol de investimentos previstos na privatização do Porto de Santos.

Estudos preliminares pela SPA, que administra o Porto de Santos, indicam que o túnel custará entre R\$ 3,5 bilhões e R\$ 4 bilhões, com 800 metros de trajeto submerso e outros 700 metros das duas alças das duas extremidades de acesso, totalizando 1,5 quilômetro.

No plano que vinha sendo desenhado pelo governo do Estado de São Paulo, a Ecovias poderia construir uma ponte para cumprir o mesmo objetivo — fazer a ligação “seca” das duas cidades.

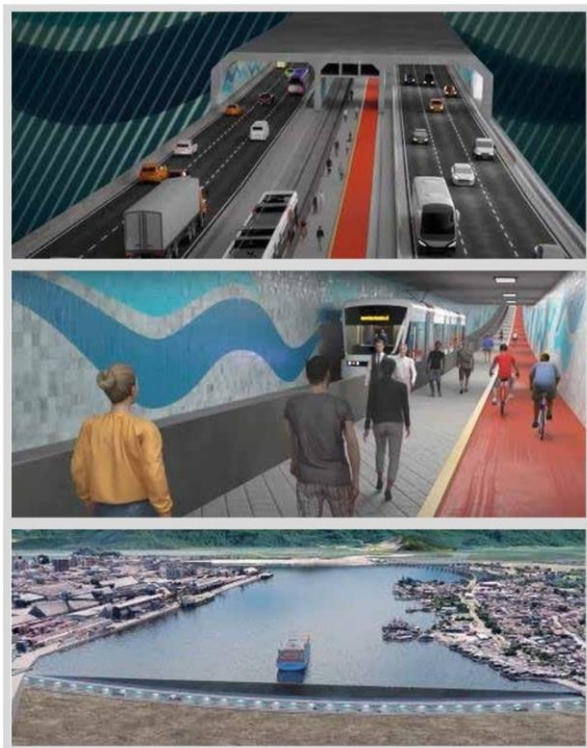
Neste caso, seria aproveitado a ampliação de investimentos da eventual renovação de contrato da Ecovias, que pode ter o prazo prorrogado até 2033.

Ao Valor, o diretor de desenvolvimento de negócios e regulação da SPA, Bruno Stupello, defendeu que o projeto de túnel submerso é discutido “há quase um século”. “É o melhor projeto de ligação seca que pode existir para atender a região”, garantiu.

Stupello ressalta que o túnel submerso será uma alternativa segura aos barcos de pequeno porte (catraias), que cruzam as duas margens com cerca de 20 mil pessoas diariamente, e as balsas, que “passam a maior parte do tempo paradas” por terem que dar preferência às embarcações de maior porte que movimentam o Porto de Santos.

Projeto do túnel submerso que ligará Santos a Guarujá — Foto: Santos Port Authority (SPA)

Além disso, ele frisou que o projeto ligará, com menor trajeto, as áreas urbanas centrais das cidades pelo tráfego de carros, caminhões, bicicletas (ciclovias) e o VLT — este último já chega à zona portuária e seria estendido até Guarujá.



Segundo o diretor da SPA, o projeto do túnel submerso é totalmente compatível com o plano de expansão do Porto de Santos após a privatização. Isso vale, disse ele, tanto para o aproveitamento de áreas (ao menos, 6 milhões m²), para construção de novos terminais portuários, quanto à estratégia dragagem (topo do túnel estaria além dos 17 metros de profundidade).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 17/12/2021

ÓLEO E GÁS: ANP ABRE 3º CICLO DA OFERTA PERMANENTE PARA 2022

Por André Ramalho, Valor — Rio

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) marcou para abril a próxima sessão de apresentação de propostas da “oferta permanente” – mecanismo de licitação sob demanda, no qual o órgão regulador oferece ao mercado um cardápio de ativos que ficam permanentemente disponíveis para que as petroleiras manifestem interesse a qualquer momento.

Toda vez que alguma companhia manifesta interesse por alguns dos ativos colocados à disposição, a ANP marca uma sessão pública para que as outras empresas também possam apresentar suas propostas pelos setores que despertaram o interesse do mercado. Esta será a terceira vez que a agência convoca uma sessão do tipo – ou ciclo da oferta permanente.

Pelo cronograma definido pela ANP, os setores oferecidos neste 3º ciclo da “oferta permanente” serão divulgados até o dia 16 de fevereiro. As demais empresas inscritas que tenham interesse em participar terão até o dia 3 de fevereiro para apresentar declaração de setores de interesse, acompanhada das garantias de oferta.



Plataforma da Petrobras em exploração do campo de Atapu, no pré-sal da Bacia de Campos — Foto: Geraldo Falcão/Agência Petrobras

As que ainda não estão inscritas e que tenham interesse em participar do terceiro ciclo poderão se inscrever até 27 de dezembro. Ao todo, 69 companhias estão inscritas hoje na oferta permanente.

A sessão pública de apresentação de ofertas está prevista para 13 de abril de 2022. Os blocos exploratórios e campos com acumulações marginais serão licitados sob o regime de concessão.

Na semana passada, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deu um primeiro passo na direção do fim dos leilões convencionais, ao anunciar a inclusão de onze blocos exploratórios localizados no pré-sal na “oferta permanente”. Seis desses ativos seriam ofertados nas 7ª e 8ª rodadas de partilha, nos próximos anos, e cinco são blocos que foram oferecidos sem sucesso em licitações passadas.

O CNPE também autorizou a inclusão, na oferta permanente, de ativos que seriam ofertados na 18ª Rodada de concessões, em 2022, num sinal de que o formato dos leilões convencionais deve ser substituído pelo modelo sob demanda como principal meio para licitação de áreas de óleo e gás no Brasil.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 17/12/2021



VLI VISA ATINGIR 100 MIL USUÁRIOS EM SEU APLICATIVO

Empresa investirá R\$ 90 milhões para expandir os serviços do seu aplicativo de transporte rodoviário Trato

Por Fernanda Pressinott — De São Paulo

A VLI, companhia logística que opera terminais, ferrovias e portos, investirá R\$ 90 milhões para expandir os serviços do seu aplicativo de transporte rodoviário Trato. O objetivo é passar dos atuais 65 mil usuários para 100 mil no ano que vem. Em um prazo mais longo, a empresa almeja entre 600 mil e 700 mil usuários.

Em entrevista ao Valor, o presidente da VLI, Ernesto Peres Pousada Júnior, explica que a conquista de caminhoneiros será dada pela ampliação de produtos e serviços. “O aplicativo é baseado em três pilares que receberão nossos esforços de desenvolvimento.”

O primeiro deles é o agendamento, que diferentemente dos concorrentes, permite aos clientes uma integração com os terminais da VLI. “O caminhoneiro consegue ver a posição online na fila dos terminais da empresa e também entra mais rápido no terminal. Somente nós podemos oferecer essa integração em toda cadeia, que eleva a eficiência”, conta o executivo.

Por enquanto, o Trato só mostra ofertas de frete de grãos e açúcar para terminais da VLI, mas a tecnologia permite qualquer rota de qualquer produto. “Queremos focar nos ativos e na expertise da VLI, mas futuramente podemos ampliar o serviço para fretes rodoviários em geral”, afirma Pousada.

Pesquisa feita pela empresa mostrar que, no transporte de grãos, por exemplo, o caminhão fica parado de 20% a 50% do tempo de uma viagem, aguardando processos de carregamento, descarregamento e emissão de documentos”, explica. “Queremos facilitar a vida do caminhoneiro e agilizar os processos.”

O segundo pilar que receberá os investimentos é na conquista de prestadores de serviços aos motoristas. O Trato Care, descreve Pousada, oferece descontos em oficinas de manutenção, lojas de autopeças e serviços essenciais, como alimentação e saúde, incluindo consultas médicas e dentistas.

Por fim, o Trato Log é a parte do aplicativo que gerencia o transporte rodoviário de forma digital para o caminhoneiro, com serviços de planejamento da demanda, agendamento, consulta de viagem, emissão de documentos, gestão de pagamento dentre outros.

Pelo modelo de negócios, o Trato recebe um percentual dos serviços oferecidos e um fee das empresas que oferecem o frete. Diante do gigantismo da VLI, a plataforma ainda é um traço na receita da empresa, mas tende a crescer. “O setor ferroviário vai passar por uma expansão forte nos próximos anos, mas as rodovias continuarão como uma perna importante do transporte.”

A Trato nasceu há dois anos como uma área de negócios da VLI que, na ocasião, não enxergou nas plataformas existentes um serviço com foco nos caminhoneiros e que pudesse fazer a integração multimodal. Nesse período recebeu R\$ 50 milhões em investimento e promoveu mais de 500 mil viagens. “Nossa conquista é ter 96% dos caminhoneiros satisfeitos com o serviço”, afirma Pousada.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 17/12/2021



AGÊNCIA BRASIL - DF

PANDEMIA: TRANSPORTE AQUAVIÁRIO COMEÇA RECUPERAR A MOVIMENTAÇÃO

Por Leandro Martins - Repórter da Rádio Nacional - Brasília

O setor de transporte aquaviário brasileiro vem recuperando o movimento anterior à pandemia da covid-19. Com 1 bilhão de toneladas e produtos embarcados nos portos do país, o setor cresceu em 5,5% de janeiro a outubro deste ano, segundo dados da Antaq, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Na região Sudeste, a alta nesse período foi maior, de quase 9%, com destaque para os portos de Tubarão, no Espírito Santo e os terminais de Itaguaí e Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. Nos portos na Região Nordeste, os terminais de Itaquí, no Maranhão, e do Pecém, no Ceará, o aumento de carga transportada chegou a 30%. Já nas regiões Norte e Centro-Oeste, os portos também tiveram movimento maior, desde janeiro deste ano, ultrapassando 150% no Terminal Granel Química Ladário, de Mato Grosso do Sul.

No sul do país, o movimento cresceu quase 50%. Neste caso, devido ao volume de combustíveis transportados nos portos de Rio Grande e São Francisco do Sul.

O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, ressalta que os números positivos se devem ao movimento no primeiro semestre deste ano. Isso porque a alta nos preços dos combustíveis provocou redução no setor nos últimos três meses.

Sobre o transporte de passageiros, Eduardo Nery aposta que as viagens por navios devem recuperar o movimento no ano que vem. Ele aponta que existe potencial de turismo marítimo na costa brasileira, que em 2019 registrou 600 mil passageiros embarcados.

O diretor da Antaq assegurou, ainda, que a Agência fiscaliza os protocolos sanitários da Anvisa para prevenir o contágio por covid nesse tipo de transporte.

Edição: Paula de Castro / Beatriz Arcoverde

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 17/12/2021



DIÁRIO DO NORDESTE - CE

NOVO MARCO DAS FERROVIAS PODE ELEVAR ESCOAMENTO DE GRÃOS POR PORTOS NO CE E REDUZIR PREÇO DO FRETE

Por Samuel Quintela, samuel.quintela@svm.com.br / Fri Dec 17 08:00:33 BRT 2021.



Além dessas perspectivas do mercado, especialistas consultados pela coluna afirmaram que o novo modelo pode impulsionar projetos já existentes, como o da Transnordestina

Legenda: Projetos terão tempo de permissão entre 25 a 99 anos, passíveis de prorrogação Foto: ANTÔNIO VICELMO

O novo marco regulatório das ferrovias,

aprovado na Câmara dos Deputados nesta semana, deverá aumentar o escoamento de produtos pelos portos no Ceará (Pecém e Fortaleza) — principalmente grãos — além de gerar um barateamento dos valores do frete no mercado brasileiro e impulsionar projetos como o da Transnordetina. A perspectiva foi apresentada por especialistas consultados pela coluna.

As previsões do Governo Federal projetam investimentos que poderão ser gerados R\$ 80 bilhões no setor de ferrovias no Brasil, causando um barateamento de até 40% do preço do frete por conta da redução da dependência do modal rodoviário que utiliza, majoritariamente, caminhões.

De acordo com o Augusto Fernandes, CEO da JM Negócios Internacionais, no entanto, a maior parte desses investimentos devem ser alocados no eixo Sul-Sudeste do Brasil, já que são as localidades com maior mercado consumidor e número de grandes empresas. A perspectiva foi corroborada por Bruno Bertoncini, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Contudo, segundo o CEO da JM Negócios Internacionais, o Nordeste e o Ceará poderão ser beneficiados de várias formas. Entre elas, está o aumento do escoamento de produtos pelos Portos do Pecém e de Fortaleza.

“Devemos ganhar porque temos ferrovias que já escoam produções no Maranhão, ferrovias ligando o sul do Ceará a Maceió, temos um entroncamento de linhas que pode ser levado até a Bahia. E o Pecém deve ganhar porque já é um grande porto e com as ferrovias que podem ser criadas, podemos elevar o escoamento no terminal e no Porto de Fortaleza”, disse.

“O Ceará, com o Pecém e o Porto de Fortaleza, que já tem a malha ferroviária escoando grãos, poderão ter ganhos. O Sul e o Sudeste devem atrair um volume maior de investimentos, mas o Nordeste será a bola da vez, e agora, em alguns anos, teremos uma luz no fim do túnel para o problema logístico de um país continental”, completou Augusto.

Bruno Bertoncini também ponderou que poderá haver uma maior integração entre projetos já existentes no País com modelos novos. E assim como Augusto, o professor da UFC projetou que o escoamento de grãos pelos portos no Ceará deve ser impulsionado pelo marco legal das ferrovias.

“Acredito que pode impactar. Mas o setor ainda está muito vinculado ao transporte de grandes volumes. Acho que no médio prazo é possível pensar em novas conexões a partir da implantação da Transnordestina. Quem sabe uma futura integração com a ferrovia norte-sul. Isto poderia, inclusive, impulsionar o porto do Pecém em termos do escoamento de grãos, por exemplo”, disse o professor.



Legenda: Projetos como a Transnordestina podem ser impulsionados com novas conexões a partir do novo marco legal Foto: Natinho Rodrigues

NOVO MODELO

Segundo o texto aprovado na Câmara, o Marco Legal das Ferrovias possibilita a exploração de serviços de transporte pelo setor privado, considerando alguns pontos distintos do modelo atual.

Entre os pontos aprovados está a utilização de permissão em vez de concessão. Além disso, os prazos de contrato passarão para o intervalo de 25 a 99 anos, sendo prorrogáveis.

PROJEÇÕES FUTURAS

Ainda sobre os possíveis ganhos do marco legal, Augusto Fernandes comentou que a participação das ferrovias para o setor logístico do Brasil pode passar dos atuais 21% para 40% em relação aos outros modais nos próximos 15 anos.

Essas projeções, contudo, dependeriam do avanço das condições de mercado e da disponibilidade do mercado nacional.

“Em 15 anos, com as empresas rodando, a utilização de ferrovias que hoje é de 21%, poderia passar a 40%. E esse marco poderia representar um ganho logístico, até porque com os caminhões carregam um número menor de contêineres e o Brasil precisa explorar esse potencial”, defendeu.

FALTA DECIDIR

Apesar das projeções positivas, os especialistas alertaram que ainda há pontos do marco legal que precisam ser discutidos e aprovados. Um dos detalhes que ainda deverá ser votado é sobre como será o tratamento do Governo em relação ao caso de duas empresas fizerem propostas de exploração para uma mesma área ou linha ferroviária.

INTERIOR IMPULSIONADO

Em relação ao desenvolvimento regional, Bruno Bertoncini afirmou que o projeto poderá impulsionar áreas que não estavam sendo privilegiadas pelo modelo antigo de concessões rodoviárias.

Com o novo marco legal, a iniciativa privada poderá impulsionar o desenvolvimento em algumas regiões afastadas de grandes centros, se houver potencial econômico a ser explorado.

“Esse marco vai trazer um pouco mais de celeridade aos projetos rodoviários porque nosso modelo era baseado em concessão, pelo que já estava implementado ou pelos novos projetos de ferrovias, então isso podia ir na contramão de localidades que estavam se desenvolvendo e estavam fora das áreas onde passavam as ferrovias já existentes, e as concessões demoravam muito, mas os processos de análise devem ser mais simplificados a partir do novo modelo”, explicou.

Fonte: *Diário do Nordeste – CE*
Data: 17/12/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PETROBRAS SERÁ OPERADORA DE DOIS LOTES DE EXCEDENTES DA CESSÃO ONEROSA

Por Danilo Oliveira OFFSHORE 17 Dezembro 2021



Divulgação ANP

TotalEnergies EP (28%), Petronas (21%) e QP Brasil (21%) completam consórcio de Sépia. Atapu tem Shell Brasil (25%) e TotalEnergies EP (22,5%). Arrecadação do certame totalizou R\$ 11,14 bilhões.

As duas áreas da Bacia de Santos (setor SS-AUP1) ofertadas na 2ª Rodada de licitações dos volumes excedentes da cessão onerosa foram arrematadas nesta sexta-feira (17). O setor SS-



AUP1 de Sépia ficou com Petrobras (30%), TotalEnergies EP (28%), Petronas (21%) e QP Brasil (21%). Já Atapu ficou com composição com Petrobras (52,5%), Shell Brasil (25%) e TotalEnergies EP (22,5%). A Petrobras será a operadora dos dois lotes. O bônus de assinatura total arrecadado no leilão promovido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) foi de R\$ 11,14 bilhões, sendo R\$ 7,14 bilhões para Sépia e R\$ 4 bilhões para Atapu. Já os percentuais de excedente em óleo para a União foram de 37,43% para Sépia e 31,68% para Atapu, correspondendo a ágios de 149,20% e 437,86% respectivamente. A assinatura dos contratos está prevista para ocorrer até 29 de abril de 2022.

Bacia Sedimentar	Campo	Composição do Consórcio	Excedente em Óleo para a União	Bônus Parcela Petrobras (R\$)
Santos	Atapu	Petrobras* 52,50% Shell Brasil 25% TotalEnergies EP 22,50%	31,68%	2.101.050.000,00
Santos	Sépia	Petrobras* 30% TotalEnergies EP 28% Petronas 21% QP Brasil 21%	37,43%	2.141.400.000,00
Total	-	-	-	4.242.450.000,00

*Operador

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, destacou que o leilão realizado hoje vai permitir o aumento de 12% da produção nos próximos cinco a seis anos. Já diretor-geral da ANP, Rodolfo Saboia, disse que o resultado superou as expectativas e elevou o percentual de excedente em óleo. Segundo o diretor-geral da agência, foram garantidos recursos no longo prazo, com arrecadação maior sobre o lucro da produção de petróleo decorrente do leilão. “Foram cinco empresas vencedoras, o que amplia a diversidade do cenário de exploração e produção do pré-sal brasileiro, trazendo mais dinamismo para o setor”, afirmou Saboia.

O critério para escolha das empresas vencedoras foi o excedente em óleo para a União. O edital da licitação estabeleceu um percentual mínimo de excedente em óleo, a partir do qual as empresas fizeram suas ofertas. Nesta modalidade do certame, os bônus de assinatura (valor pago em dinheiro pelas empresas que arrematam áreas na licitação) foram fixos e determinados no edital. O excedente em óleo é a parcela da produção de petróleo e/ou gás natural a ser repartida entre a União e a empresa contratada, segundo critérios definidos no contrato e o percentual ofertado na rodada. De acordo com a ANP, trata-se do volume total da produção menos os royalties devidos e o custo em óleo (parcela da produção correspondente aos custos e aos investimentos da empresa na operação do campo).

A Petrobras destacou que, com os resultados de hoje, assegura a manutenção da operação nesses campos, localizados em águas ultraprofundas da Bacia de Santos, para os quais já havia manifestado o interesse no direito de preferência em abril deste ano. Em nota, a empresa considerou ter confirmado sua posição de liderança no pré-sal brasileiro, de forma consistente com a sua estratégia de concentrar-se na exploração e produção de ativos em águas profundas e ultraprofundas. “Atapu e Sépia são ativos de produtividade comprovadamente elevada, óleo de boas características e significativo potencial de incorporação de reservas. Apresentam baixo custo de extração e são resilientes a um cenário de baixos preços, o que reflete a atuação eficiente e competitiva da Petrobras em ativos de águas profundas e ultraprofundas”, ressaltou a companhia.

O valor total do bônus de assinatura a ser pago pela Petrobras é de R\$ 4,2 bilhões. A empresa salientou que a participação no 2º leilão dos volumes excedentes ao contrato de cessão onerosa está alinhada à estratégia de longo prazo da companhia e fortalece o perfil da Petrobras de principal operadora de campos de petróleo localizados em águas ultra profundas. Também em nota, a Shell também salientou que a aquisição aumenta a posição da empresa em águas profundas no Brasil, alcançando participação em mais de 30 contratos de exploração e produção.

Atapu iniciou sua produção em junho de 2020 por meio do FPSO P-70 e atingiu em julho de 2021 sua capacidade de produção de 150 mil barris de óleo por dia. O campo possui capacidade para tratar até 6 milhões de m³/dia de gás. Sépia iniciou sua produção em agosto de 2021 por meio do FPSO Carioca, maior plataforma em operação no Brasil em termos de complexidade.

Denúncia — A Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras (Anapetro) apresentou denúncia contra a 2ª Rodada de volumes excedentes da cessão onerosa. Na ação protocolada na Corte de contas, nesta sexta-feira (17), a Anapetro mencionou que a modelagem adotada pela União e ratificada pela Petrobras fará com que o preço do barril de petróleo pago à companhia seja de US\$ 40,00. No entanto, a associação alega que a portaria 213/2019 do Ministério de Minas e Energia estabeleceu que o barril deveria ser negociado a US\$ 72,00.

A associação apontou que a medida ataca as finanças da Petrobras e, em última análise, o patrimônio público. "A Anapetro decidiu denunciar mais um assalto aos cofres da estatal. Em que pese o leilão ocorrer na data de hoje, sabe-se que o contrato será analisado em diversas instâncias, havendo tempo hábil para reverter o modelo adotado", justificou a Anapetro.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/12/2021

NOVOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO SERÃO APRESENTADOS PARA ATAPU E SÉPIA, DIZ SABOIA

Por Danilo Oliveira OFFSHORE 17 Dezembro 2021



Rodolfo Saboia (Divulgação ANP)

Diretor-geral da ANP destacou que, após 2ª Rodada de excedentes da cessão onerosa, serão contempladas operações de perfuração em dezenas de novos poços, além da instalação de novos módulos de produção em cada campo.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) avalia que devem ser apresentados novos planos de desenvolvimento para Atapu e Sépia, a partir dos resultados da 2ª

Rodada de licitações dos volumes excedentes da cessão onerosa, realizada nesta sexta-feira (17). O diretor-geral da ANP, Rodolfo Saboia, disse que serão contempladas operações de perfuração em dezenas de novos poços, além da instalação de novos módulos de produção em cada campo.

A expectativa da ANP é que os números de produção cresçam significativamente nos próximos anos, liberando bilhões de investimentos represados. "Hoje se encerra um capítulo na atividade de exploração e produção com licitação de volumes excedentes da cessão onerosa nas áreas de Atapu e Sépia, que ainda apresentam potencial a ser destravado", disse Saboia durante a rodada.

No evento, Saboia reconheceu que o cenário da indústria de petróleo e gás é desafiador e que a transição energética é uma realidade que contribui para aumentar a seletividade das empresas de petróleo no mundo, impondo aos países a necessidade de adotar medidas de aumento de atratividade para manter a competitividade no contexto global.



Ele ressaltou que as características do leilão de excedentes da cessão onerosa atendem às necessidades dos investidores por projetos de grande potencial, baixo risco exploratório, ciclos de retorno mais curtos e de menor pegada de carbono. “O pré-sal trata-se de um ambiente mais competitivo, em cenário de transição energética, considerando seu baixo break-even e sua baixa intensidade em carbono”, afirmou.

Saboia destacou que as áreas licitadas são excepcionais em termos de produção, com a vantagem de volumes já descobertos e fluxos de caixa imediatos. De acordo com a ANP, Atapu e Sépia juntas já produzem mais de 200 mil barris de óleo equivalente (boe) por dia e possuem volumes de mais de 12 bilhões de barris de petróleo e 300 bilhões de metros cúbicos de gás. Ele citou que um único poço em Atapu chega a produzir mais de 50 mil boe/dia.

O diretor-geral da ANP acrescentou que a coordenação entre a agência e demais órgãos envolvidos com o leilão de hoje permitiu o cálculo antecipado do valor da compensação que será devida pelos vencedores à Petrobras e na adequação dos parâmetros fiscais, reduzindo incerteza para investidores e aumentando a atratividade do certame.

Ele adiantou que o 3ª ciclo da oferta permanente foi aberto, na última quinta-feira (16), a partir de declaração de interesse das empresas inscritas. A sessão pública será realizada no próximo dia 13 de abril de 2022. “Esperamos bons resultados na oferta permanente, que conta com blocos do pré-sal, conforme aprovado na última reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)”, projetou Saboia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/12/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMATIVO TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006